

20 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

No TJ-SP, 5 desembargadores receberam antecipado R\$ 4,2 mi

Entre os magistrados há dois ex-presidentes da corte; desembolsos milionários também são alvo de inspeção do CNJ. Apenas cinco desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo receberam antecipadamente cerca de R\$ 4,2 milhões, entre 2008 e 2010. Dois ex-presidentes da corte, desembargadores Roberto Vallim Bellocchi (2008/2009) e Antonio Carlos Vianna Santos, que morreu em janeiro de 2011, sozinhos levaram R\$ 2,6 milhões.

Bellocchi recebeu R\$ 1,6 milhão - afirma ter recebido "pouco mais de R\$ 500 mil" - e Vianna R\$ 1 milhão, valor que pagou a si em sua própria gestão, em 2010. Vianna autorizou liberação de valores elevados a vários juízes.

Os outros três desembargadores, citados em procedimentos sob análise do Órgão Especial do TJ, são: Fábio Gouvêa, Tarcísio Ferreira Vianna Cotrim e Alceu Penteado Navarro, atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Eles integraram a Comissão de Orçamento do TJ, que emite pareceres pela liberação ou não de recursos.

Os casos desses magistrados são reputados "os mais graves" pela presidência do TJ, por causa do montante e do curto prazo em que os valores chegaram na conta dos beneficiários.

O desembargador Ivan Sartori, que preside o TJ, ressalta que os créditos são devidos. Mas considera que foram prejudicados outros magistrados que postularam verbas acumuladas por férias não tiradas acrescidas de fator de atualização monetária.

Os contracheques milionários são alvo de inspeção do Conselho Nacional de Justiça. Ao todo, 29 desembargadores e juízes paulistas foram contemplados por meio desse modelo de desembolso, os pagamentos antecipados. Além do período abrangido está em apuração qual o índice de correção aplicado.

Navarro já apresentou defesa prévia no dia da posse de Sartori, 2 de janeiro. Grave doença que debilita sua filha, despesas com medicamentos caros e internações, são a justificativa do desembargador para o recebimento de R\$ 420 mil, divididos em parcelas mensais de R\$ 10 mil.

Ele destaca em sua peça de defesa que declarou à Receita, ao TJ e ao TRE todos os custos relacionados à enfermidade em família. "Os valores por mim recebidos estão estritamente dentro dos critérios legais." O desembargador Gouvêa não atendeu a reportagem. A assessoria de Cotrim informou que ele "não conversa com jornalista".

• Liberação

ALCEU PENTEADO NAVARRO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE), UM DOS DESEMBARGADORES CITADOS EM PROCEDIMENTO SOB ANÁLISE "Os valores por mim recebidos estão estritamente dentro dos critérios legais"



Privilegio. Sartori admite prejuízo para outros magistrados

20 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Grupo já cogita abrir mão de metade dos 'direitos'

Desembargadores se unem para reivindicar créditos que julgam ser legítimos e receber o saldo em até 12 parcelas

Em meio à crise do Judiciário, ganha força a mobilização pioneira de desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo para tentar resgatar pelo menos uma parcela do dinheiro que pleiteiam a título de férias não tiradas e vantagens acumuladas.

O plano B da toga consiste, basicamente, em abrir mão de 50% do crédito a que consideram ter direito e resgatar o saldo em parcelas de 12 a 15 meses.

O plano foi esboçado por dois desembargadores. Eles não estão entre os magistrados que embolsaram antecipadamente pagamentos milionários.

Cerca de 15 juízes já aderiram ao projeto que será levado à apreciação da presidência do Órgão Especial, colegiado de cúpula do TJ. Estima-se em R\$ 3 bilhões o estoque da dívida com a toga e milhares de servidores do TJ.

É consenso nesse grupo que seria mais vantajoso renunciar à metade do crédito e receber o restante em "parcelas mais consistentes".

Esses juízes estão dispostos a conceder deságio equivalente à metade do valor que postulam. Há muitos anos eles vêm recebendo em parcelas reduzidas, entre R\$ 1 mil e R\$ 2,5 mil – por isso estão indignados com os desembolsos dos quais se beneficiaram 29 colegas.

Muitos chegaram a requerer os recursos pela via judicial. Em 1996, no entanto, o TJ autorizou o expediente do pagamento administrativo, por meio do qual o dinheiro sai do orçamento da própria corte. O grande acordo da toga fez com que os magistrados retirassem as ações judiciais que os levariam à longa agonia dos precatórios a que qualquer servidor público se submete.

Hoje, os juízes avaliam que já teriam recebido "tudo de uma vez" se tivessem optado pela via dos precatórios. E não teriam sido preteridos por seletos grupo apadrinhado que garantiu o recebimento em prazo curto

20 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Judiciário. Delegado comanda inquérito para apurar se servidor que movimentou R\$ 282,9 milhões, detectados pelo Coaf a pedido do CNJ, integrava organização criminosa instalada no tribunal; PF não descarta hipótese de dinheiro ter saído dos cofres públicos

Polícia Federal investiga suspeita de lavagem de dinheiro no TRT do Rio

A Polícia Federal vai investigar todas as transações financeiras – de 2002 até os dias de hoje – do funcionário do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-RJ) que movimentou R\$ 282,9 milhões em apenas um ano. Os agentes federais trabalham com a hipótese de que um esquema criminoso, que envolveria uma quadrilha, opere dentro do TRT para lavar dinheiro.

A PF quer saber se houve outras operações bancárias suspeitas desse servidor, cujo nome é mantido em sigilo, além da movimentação atípica de 2002. O investigado é suspeito de operar o esquema de lavagem de dinheiro para alguns funcionários do alto escalão da instituição.

A investigação da Delegacia de Combate a Crimes Financeiros (Delefin), da Superintendência da PF no Rio, é chefiada pelo delegado Victor Hugo Poubel. Os agentes apuram se a movimentação milionária foi fruto do desvio de verba pública e não descartam a possibilidade da atuação de uma organização criminosa dentro do TRT-RJ. Pelo montante das transações em um ano, eles acreditam que dificilmente o servidor agia sozinho.

O crime de lavagem é definido como “ocultação e dissimulação de patrimônio ilicitamente obtido”, o que significa que, para a PF, o a movimentação atípica deve tratar-se de dinheiro oriundo do crime. Porém a investigação ainda precisa avançar para esclarecer a origem dos recursos.

O inquérito para investigar “crime de lavagem de dinheiro proveniente de fraude contra o sistema financeiro perpetrado por organização criminosa” foi instaurado anteontem. A PF mantém sigilo total nas investigações. O funcionário suspeito já foi preso por agentes federais quando atuava como doloireiro há alguns anos, antes de ingressar no TRT-RJ, provavelmente em cargo de confiança, sem passar por concurso público.

Coaf. Servidores e juizes do País movimentaram R\$ 855,7 milhões, de 2000 a 2010, em movimentações financeiras atípicas, segundo relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ministra Ellana Calmon. O caso gerou polémica na semana passada.

Movimentações atípicas não significam que houve crime ou irregularidade, mas apenas que as operações financeiras fugiram aos padrões da norma bancá-

ria e do sistema nacional de prevenção à lavagem de dinheiro.

Na terça-feira, a desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry, presidente do TRT-RJ, disse que não sabe quem é o servidor investigado e afirmou que não tem poder para investigar transações financeiras atípicas. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ), Wadil Damous, pediu investigações ao Ministério Público Federal e oficiou o Coaf para que revelasse o nome do servidor, até agora mantido sob completo sigilo. Ele chegou a insinuar haver no tribunal “mais um Lalau”, em referência ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, do TRT de São Paulo (*leia texto nesta página*).

Responsável pela investigação, o delegado Victor Hugo Poubel já atuou em casos importantes e ocupa o cargo de titular na Delegacia Contra o Crime Organizado. Ele chefiava a investigação ainda em andamento sobre o dirigente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, também por suspeita de crime de lavagem de dinheiro. No ano passado, a equipe chefiada por Poubel prendeu policiais civis ex-PMs na escolta de traficantes que fugiam da favela da Rocinha, na zona sul do Rio.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

• Atípico

R\$ 282,9 mi

foi quanto um único funcionário do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-RJ) movimentou em 2002

20 JAN 2012

R\$ 855,7 mi

foi quanto servidores e juízes do País movimentaram, de 2000 a 2010, em transações financeiras atípicas, segundo o Coaf

Lalau cumpre pena em casa

O ex-juiz Nicolau dos Santos Neto foi presidente do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo (TRT-SP) na década de 1990. Ele comandou, entre 1994 e 1998, um esquema de desvio de verbas na construção do Fórum Trabalhista, que causou um prejuízo de R\$ 100 milhões aos cofres públicos.

Lalau, como ficou conhecido, foi condenado a 26 anos e seis meses de cadeia por estelionato, peculato e corrupção

passiva. Ele cumpre a pena em prisão domiciliar.

Em julho do ano passado, a União conseguiu recuperar R\$ 55 milhões do dinheiro público desviado no escândalo. O dinheiro faz parte de um total estimado em R\$ 1 bilhão da dívida atualizada do Grupo OK, do ex-senador Luiz Estevão, que superfaturou a obra durante a gestão de Lalau.

Estevão vem tentando renegociar o valor com a AGU, como forma de liberar parte dos seus bens bloqueados pela Justiça. Inicialmente a dívida foi calculada em R\$ 169 milhões.

20 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO A crise chegou ao CNJ

Deflagrada pelas liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determinaram a suspensão das investigações que a Corregedoria Nacional de Justiça vinha fazendo nas Justiças estaduais, a crise da magistratura atingiu o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por causa das suspeitas de irregularidades em licitações conduzidas pelo secretário-geral da presidência, juiz Fernando Marcondes, homem de confiança do ministro Cezar Peluso, sete conselheiros anunciaram que pedirão providências urgentes assim que o órgão responsável pelo controle externo do Judiciário retomar suas atividades.

As licitações foram feitas para a escolha das empresas que instalarão o setor de informática do CNJ. As denúncias de irregularidades partiram das empresas que, apesar de terem apresentado preços menores, não foram selecionadas. O resultado de uma das licitações foi contestado pela IBM, uma das maiores empresas mundiais do setor. Em outra licitação, a empresa vencedora foi a que ficou em 10.º lugar, em matéria de preço.

Depois que o vice-presidente em exercício do CNJ, ministro Ayres de Britto, suspendeu a assinatura de um dos contratos, os sete conselheiros anunciaram que pedirão a destituição de Marcondes da secretaria-geral, caso não dê explicações convincentes, e que proporão novas regras para a escolha de seu substituto. O secretário-ge-

ral é o responsável pela gestão administrativa do CNJ. Pelo regimento, o cargo é de livre escolha do presidente. Para os conselheiros descontentes com o desempenho de Marcondes, as regras vigentes tornam o CNJ vulnerável ao tráfico de influência e à corrupção. Invocando a necessidade de maior transparência, eles querem que o secretário-geral seja escolhido pelo plenário. "O secretário-geral fala em nome do CNJ, mas será que tem legitimidade para isso? Queremos democratizar a escolha", afirma o conselheiro Marcelo Nobre, que cumpre o terceiro mandato no órgão.

Quando as atividades da Justiça se reiniciarem, o STF terá decisões cruciais diante de si

Na prática, isso reduziria os poderes do ministro Cezar Peluso. A exceção da ministra Eliana Calmon, que é juíza de carreira, os conselheiros descontentes não pertencem aos quadros da magistratura. Eles representam o Legislativo, o Ministério Público e a sociedade civil. Há uma semana, Marcelo Nobre, que foi indicado pela Câmara dos Deputados, divulgou no site *Consultor Jurídico* artigo no qual menciona o empenho de Peluso para que os representantes do Judiciário no CNJ fossem juízes que seguissem sua orientação, formando um bloco hegemônico.

Além de ser - juntamente com o ministro Ricardo Lewandowski - um dos beneficiados com os pagamentos antecipa-

dos de passivos trabalhistas feitos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, Peluso foi colega de corte do desembargador Henrique Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a entidade mais empenhada em reduzir os poderes do CNJ, com apoio das Justiças estaduais. Quando o Congresso aprovou o controle externo do Judiciário, em 2004, muitos desembargadores questionaram - sem sucesso - a instalação do CNJ. Das 32 Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas contra o órgão, entre 2005 e 2011, 20 foram propostas por entidades de juízes, que alegaram que o CNJ feria a autonomia dos tribunais estaduais. Agora, a AMB acusa o órgão de se sobrepor às competências das corregedorias judiciais.

A crise dentro do CNJ é o desdobramento desse confronto. Para a redução dos poderes do ministro Cezar Peluso, que até agora não se manifestou com relação às denúncias formuladas contra o secretário-geral do CNJ, são necessários 8 votos. Até o momento, a oposição tem 7 votos. Nos meios forenses, a dúvida é saber se os conselheiros oriundos dos quadros da magistratura votarão em bloco, apoiando Peluso, ou se atuarão de maneira independente - como tem ocorrido com a representante do Superior Tribunal de Justiça, ministra Eliana Calmon. Além da mudança no regimento do CNJ, quando as atividades judiciais forem retomadas o STF terá de julgar as liminares que esvaziaram os poderes do órgão. A crise da Justiça ainda está longe de seu desfecho.

20 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

OEA julgará se adiar precatórios viola direitos humanos

Servidores do ABC obtêm apoio da Comissão de Direitos Humanos para ação contra rolamento de dívidas judiciais

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) vai julgar o Brasil por desrespeito aos direitos humanos ao não pagar precatórios devidos pelo Estado brasileiro a milhares de pessoas. A denúncia, feita por funcionários da prefeitura de Santo André (SP) e acatada pela CIDH, terá o mérito julgado nos próximos meses.

A decisão, ainda não informada oficialmente ao governo brasileiro, é um novo capítulo na sequência de crises entre o Brasil e a OEA, inaugurada em abril de 2011, quando esta exigiu que se suspendesse a construção da hidrelétrica de Belo Monte e ouviu, em resposta, uma dura resposta, incomum na diplomacia brasileira.

Para aceitar a denúncia, a CIDH alegou que a legislação brasileira não oferece meios de obrigar o Estado a pagar efetivamente suas dívidas com os cidadãos. Por isso, diz a decisão, a situação brasileira se enquadra em um termo da Convenção Americana que trata do "relativo esgotamento dos recursos de jurisdição interna".

Quatro pontos. O julgamento vai definir se o caso fere quatro pontos da convenção: a obrigação dos Estados de respeitar os direitos humanos, o dever de adotar disposições de direito interno, de dar garantias judiciais e prazo razoável para processos e um recurso judicial simples, rápido e efetivo.

Desde a crise do caso Belo Monte – a medida cautelar exigindo a suspensão da obra foi considerada uma interferência

indevida, precipitada e injustificável pelo governo brasileiro – a relação entre Brasil e OEA se transformou em crise permanente. A CIDH pediu desculpas mas, nos últimos oito meses, o governo brasileiro tem retaliado sistematicamente a organização.

Em abril o Itamaraty retirou a candidatura do ex-ministro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, a uma vaga no CIDH. Em seguida, o embaixador na OEA, Ruy Casaes, deixou o cargo e não há sinais de um sucessor. Além disso, o Brasil até hoje não pagou sua cota anual de US\$ 6 milhões e, em outubro passado, não mandou representantes a uma audiência pública sobre eventuais violações na construção de Belo Monte.

20 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Metrô é condenado a indenizar INSS por cratera

Companhia e o consórcio que fez a Linha 4-Amarela foram condenados a cobrir benefícios de familiares dos mortos na tragédia de 2007; cabe recurso

A Justiça federal em São Paulo condenou o Metrô e o Consórcio ViaAmarela, responsáveis pela construção da primeira fase da Linha 4-Amarela, a indenizar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O órgão federal concedeu benefícios a familiares de parte das vítimas do acidente da cratera da Estação Pinheiros, na zona oeste da capital, em janeiro de 2007. O valor da indenização ainda será calculado.

A juíza da 11.ª Vara Cível de São Paulo, Regilena Emy Fukui Bolognesi, considerou que as empresas foram responsáveis pelo acidente que matou sete pessoas. Outro processo, porém, na primeira instância da Justiça estadual, apura as responsabilidades criminais pelas mortes.

Apenas parentes de três dos sete mortos recebem benefícios previdenciários – pensão por morte a familiares de um funcionário da ViaAmarela, a um motorista de ônibus e a um cobrador.

O Metrô e a ViaAmarela terão de ressarcir o valor total já pago pelo INSS aos familiares e também as parcelas de prestações futuras, que serão reajustadas seguindo os mesmos critérios que o INSS já usa para o pagamento de outras pensões.

Ação retroativa. A ação movida pelo INSS, chamada “ação retroativa”, serve para que o órgão recupere gastos que surgiram a partir de acidentes causados por terceiros. Segundo a Justiça federal e o INSS, é um procedimento de praxe, adotado também, por exemplo, contra motoristas imprudentes ou negligentes que provocam acidentes de trânsito.

A Lei 8.213/91, que permite a entrada desse tipo de ação, diz que o INSS pode recuperar valores pagos por benefícios concedidos em decorrência de acidentes causados por negligência quanto às normas-padrão de segurança e higiene do trabalho.

A decisão foi proferida em 15 de dezembro, mas, por causa do recesso de fim de ano, só foi publicada neste mês, segundo informação da Assessoria de Imprensa da Justiça federal.

A sentença tem 40 páginas e, nela, a juíza destaca um laudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) que aponta mais de uma dezena de falhas durante a execução das obras que resultaram no acidente.

Recurso. Tanto o Metrô quanto a ViaAmarela informaram que vão recorrer da decisão, que foi concedida em primeira instância em favor do INSS.

A ViaAmarela foi o consórcio formado por empresas como Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez para a construção da primeira fase da linha, entre a Luz e o Butantã.

Em nota, o consórcio informou que “a sentença proferida nos autos da ação ajuizada pelo INSS foi objeto de recurso, ainda pendente de julgamento, para que se esclareçam diversos pontos controversos da decisão”.

A nota afirmou que “o Consórcio Via Amarela rechaça a alegação de que agiu de forma culposa e reitera a fiel observância das normas de saúde, segurança no trabalho e meio ambiente durante a execução do contrato”.

O Metrô, também por nota, fez apenas três afirmações sobre o caso: “Trata-se de questão sub judice. O Metrô se manifestará no processo. O Metrô recorrerá da decisão.”

SÔNIA RACY Anzol

O Santos terá de pagar R\$ 40 milhões para Marcelo Teixeira.

O TJ-SP confirmou decisão do juiz de Santos ao determinar que o clube restitua a seu ex-presidente valor referente a empréstimos arcados na condição de avalista das obrigações do alvinegro.

Não cabe recurso.

Ministério Público pede apreensão do passaporte de acusado de estupro no BBB

O Ministério Público requereu ontem a apreensão do passaporte do modelo Daniel Echani, participante expulso segunda-feira do *Big Brother Brasil* sob investigação policial de “estupro de vulnerável”. Até as 19h de ontem, a Justiça não havia determinado a apreensão.

O advogado Wilson Matias, que o representa, disse que há convites para que o modelo vá à Itália e à África do Sul, mas negou que ele tenha a intenção de viajar agora. Quer, antes, “resgatar sua imagem”. Daniel afirmou à polícia que não fez sexo com a colega de programa Monique Amin. Matias disse que Daniel está em um apart-hotel mantido pela Globo e só recebe a visita de um familiar por vez, além dos defensores.

20 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

TJ-SP investiga pagamentos de R\$ 600 mil a juizes

Magistrados da Comissão de Orçamento da corte teriam recebido tratamento privilegiado

Dois desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo que ocuparam a Comissão de Orçamento e Finanças da corte são alvo de investigação pelo suposto recebimento privilegiado de cerca R\$ 600 mil de verbas atrasadas, cada um, dos cofres do TJ, entre 2006 e 2010.

Os magistrados Fábio Gouvêa e Tarcísio Ferreira Viana Cotrim participaram da comissão na gestão do ex-presidente do tribunal, Roberto Bellocchi (2008-2009), que também foi beneficiário de um pagamento sob apuração pelo tribunal paulista, no valor de R\$ 1,5 milhão.

No mesmo período, o terceiro membro da comissão foi o desembargador do TJ e atual presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), Alceu Penteado Navarro.

O pagamento feito a Navarro no valor de cerca de R\$ 400 mil também está sendo investigado por suposta violação aos princípios da isonomia e da impessoalidade, como revelado pela **Folha** ontem.

Os desembolsos milionários feitos aos quatro desembargadores e ao ex-presidente do TJ Antonio Carlos Viana Santos, morto em janeiro de 2011, formam o quadro dos cinco casos mais graves em apuração, sob a ótica da direção da corte.

A **Folha** procurou os desembargadores Gouvêa e Cotrim por meio da assessoria de imprensa do TJ, mas eles não responderam até a conclusão desta edição.

Bellocchi disse que os pagamentos corresponderam a créditos a que ele tinha direito. O advogado dos herdeiros de Santos, João Costa, disse que a família não foi notificada sobre as apurações.

Outros 24 desembargadores que tiveram recebimentos fora do padrão do tribunal também estão sendo convocados a prestar explicações, porém essas situações têm indícios mais fracos de irregularidades, segundo a nova gestão da corte. As quitações feitas a esse grupo não superam R\$ 400 mil para cada um.

Segundo o presidente do TJ, Ivan Sartori, os desembolsos sob investigação referem-se a verbas devidas aos magistrados, a título de auxílio-moradia, indenizações por férias ou licenças não gozadas.

Em regra, os pagamentos de atrasados ocorrem em várias parcelas de pequeno valor, o que não teria ocorrido nos casos investigados.

Magistrados ouvidos pela reportagem afirmam que, mesmo em casos de necessidade médica, os desembargadores recorrem a familiares, amigos ou até empréstimos bancários para não "furar a fila" do tribunal.

20 JAN 2012

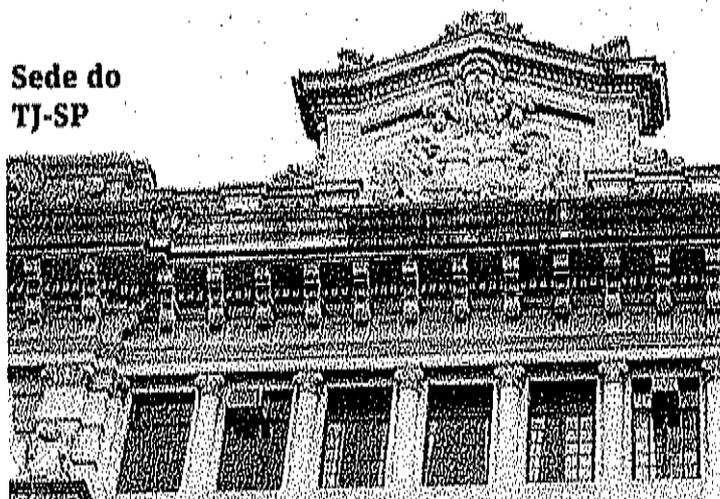
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

JUIZES SOB INVESTIGAÇÃO

Os 5 juizes sob investigação do TJ-SP por suposto repasse privilegiado de verbas entre 2006 e 2010

Sede do
TJ-SP



NOME E CARGO	QUANTO RECEBEU	O QUE DIZ
Fábio Gouveia (Ex-integrante da Comissão de Orçamento do TJ-SP)	Cerca de R\$ 600 mil	Não se pronunciou à Folha
Alceu Penteado Navarro (Presidente do TRE-SP)	Cerca de R\$ 400 mil	Juiz diz que dinheiro foi para despesas médicas
Tarcísio Vianna (Ex-integrante da Comissão de Orçamento do TJ-SP)	Cerca de R\$ 600 mil	Não se pronunciou à Folha
Antonio Carlos Vianna Santos (Ex-presidente do TJ-SP)	Entre R\$ 400 mil e R\$ 1 milhão	Morreu em 2011 e a família nunca se pronunciou
Roberto Bellocchi (Ex-presidente do TJ-SP)	Cerca de R\$ 1,5 milhão	Segundo o juiz, recursos eram créditos legítimos a que tinha direito

20 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Desembargador nega irregularidade em recebimento

O desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), Alceu Penteado Navarro, negou irregularidade no recebimento de R\$ 400 mil dos cofres do TJ e disse que os recursos foram usados para pagar médicos e comprar remédios.

Por meio da assessoria de imprensa do TRE, o desembargador afirmou que "o valor recebido refere-se a despesas médias e custeio de remédios de uso continuado por seus familiares".

Segundo o magistrado, "o critério de antecipação de indenização de férias não gozadas para custeio de despesas médicas era utilizado pelo ordenador de despesas do Tribunal de Justiça".

"Esse critério era conhecido pelos desembargadores do tribunal e usado por magistrados e servidores", completou o presidente do TRE-SP.

O desembargador Navarro nega qualquer irregularidade. "Todos os valores por mim recebidos estão absolutamente dentro dos critérios legais e foram declarados à Receita Federal com cópias entregues ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal Regional Eleitoral, em cumprimento à legislação em vigor".

O magistrado já apresentou sua defesa prévia ao Órgão Especial, colegiado da cúpula do tribunal formado por 25 integrantes.

Além da peça de defesa, Navarro também já entregou documentos comprobatórios das despesas médicas, segundo a assessoria do TJ.

FOLHA DE S. PAULO

MARINA SILVA

Ampliar o debate

20 JAN 2012

O STF está para julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 2.404, que visa anular parte do artigo 254 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que trata da classificação indicativa dos programas de rádio e TV.

Na TV aberta, por exemplo, a classificação impede que programas inapropriados para crianças e adolescentes sejam exibidos nos horários em que eles estão mais expostos para assistir. Prevê ainda sanções a quem a desobedece. É essa possibilidade de punição que vem sendo questionada no STF.

A ação foi proposta pelo PTB com o apoio da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). Para eles, ao Estado cabe apenas indicar a classificação, e não punir quem veicula os programas que estariam inadequados, em determinados horários, à faixa etária indicada. Argumentam que o dispositivo fere a liberdade de imprensa e funciona como censura.

A classificação indicativa vem sendo defendida pelo Conselho Federal de Psicologia e por quem trabalhava na defesa dos direitos da criança, como Andí, Conectas Direitos Humanos, Instituto Alana e Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos).

A regulamentação do horário de exibição de certos conteúdos é comum em países democráticos, como Canadá, França e EUA, visando essa proteção à infância e à adolescência, e só os programas de entretenimento estão sujeitos, não os jornalísticos.

A TV está presente em 96% dos lares, e as crianças brasileiras assistem, em média, a quase cinco horas de TV por dia. É inegável o seu impacto na formação e na saúde mental e emocional delas.

O argumento de que cabe apenas aos pais o controle sobre o que os filhos assistem desconsidera que a formação psicossocial das crianças e dos adolescentes extrapola o espaço familiar.

A proteção dos jovens é tarefa dos pais, sim, mas com o apoio da sociedade e do governo, que é quem dá as concessões de rádio e TV. Esse é o grande avanço do ECA. Se aprovada a Adin, o estatuto perde força. A punição acaba, de fato, impondo limites e evitando abusos e distorções.

É inequívoca a relevância da discussão sobre um assunto que envolve a formação das futuras gerações de brasileiros. Portanto ela não pode ser tratada como uma mera questão de gabinete, mas, sim, ganhar a participação de cada um dos lares do país.

Como queremos criar nossos filhos? Que contribuição queremos dar a eles? Quais princípios éticos desejamos que eles vivam e replicam em seus relacionamentos? Em que medida queremos a interferência do Estado em nossas famílias? Como expressamos nosso amor aos nossos filhos?

Enfrentando tais questionamentos vamos poder decidir como queremos cuidar do futuro do Brasil.

20 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Sem solução à vista

Maior empecilho para enfrentar a questão do crack é a ilusão de que haja saída fácil ou simples para o drama da dependência química

Um dos piores encargos do governante é ter de enfrentar os problemas sem solução, fonte permanente de prejuízos eleitorais.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), secundado pelo prefeito Gilberto Kassab (PSD), identificou um desses flancos na cracolândia. A região no centro da capital paulista foi tomada há anos por usuários da droga devastadora do crack.

Sucessivas administrações nos governos do Estado e do município prostraram-se diante desse desafio à segurança e à saúde públicas. Na iminência do lançamento de um programa federal que poderia municiar o PT na campanha eleitoral para a prefeitura paulistana, Alckmin e Kassab se viram compelidos a agir.

A operação iniciada há 17 dias pecou pela ênfase na repressão. A Polícia Militar é mais fácil de mobilizar que de controlar, pois se pauta pela lógica do confronto.

Com a reação negativa do público diante da violência e da gratuitidade das medidas repressivas — como forçar os “noias” a dar voltas no quarteirão—, o governo estadual recuou. Suspendeu o emprego de meios excessivos, como balas de borracha. Depois, anunciou que vai duplicar as vagas para dependentes químicos no siste-

ma de saúde do Estado. Uma admissão clara de que a ação precipitada deixou em segundo plano o componente da assistência social e sanitária, crucial para que a operação não resulte apenas cosmética.

O debate sobre a eficácia da iniciativa quase se desencaminhou, em certa altura, ao centrar-se na dicotomia entre repressão associada com internações forçadas, de um lado, e abordagem por agentes sociais baseada no respeito aos direitos do dependente e na construção de relações de confiança, de outro. Em realidade, todas as modalidades podem ser necessárias.

Traficantes têm de ser presos e julgados. A polícia tampouco pode tolerar que nesta ou naquela rua se fume crack à vista de todos.

Assistentes sociais e profissionais de saúde devem oferecer continuamente o tratamento fora das ruas para poder resgatar aqueles que já não sejam irrevogavelmente refratários. Para os casos extremos ou irrecuperáveis, a lei já faculta a internação involuntária por parentes, médicos ou juízes — em situações específicas e excepcionais, como deve ser.

Acima de tudo, é preciso ter clareza de que o flagelo do crack pode ser contido em uma área específica como a cracolândia, e talvez até eliminado, mas também de que isso não é trabalho para dias nem semanas, e sim meses ou anos.

Sempre haverá dependentes químicos. Enfrentar o problema exige ações consistentes e perenes, não operações eleitoreiras movidas pela miragem de soluções definitivas.

20 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena ex-deputado a 103 anos

Talvane Albuquerque recebeu a pena pelo assassinato em 98 da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL), de quem era suplente

Sentença, anunciada após três dias de julgamento, também trouxe a condenação de outros quatro réus

PETRÔNIO VIANA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
DE MACEIÓ

RODRIGO VIZEU

DE SÃO PAULO

O ex-deputado Talvane Albuquerque (ex-PTN), condenado ontem a 103 anos e quatro meses de prisão pelo assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL) e de três parentes dela, em 1998, foi levado diretamente para a cadeia após a Justiça apontar "grande comoção social".

Albuquerque, que era o primeiro suplente da coligação da deputada, foi apontado como mandante do crime com o objetivo de assumir o mandato dela.

Ele chegou a tomar posse na Câmara, mas foi cassado.

A defesa do ex-deputado disse que tentará anular o julgamento e que considerou exagerado o decreto de prisão preventiva.

O ex-deputado e outros quatro réus —dois acusados de atirar e outros dois, de apoiar os pistoleiros— foram condenados depois de três dias de julgamento.

A sentença foi anunciada pela manhã, depois de os jurados passarem a madrugada reunidos.

O juiz federal André Luiz

Maia Tobias Granja, que anunciou a sentença, concedeu prisão especial ao ex-deputado, que é médico.

Sua defesa disse que ele está em um quarto isolado, na Casa de Custódia da Polícia Civil de Maceió.

A assessoria de imprensa da Justiça Federal em Alagoas afirmou que o magistrado decretou a prisão imediata sob o argumento de que o caso provocou ampla repercussão e que a demora de uma solução para o crime, 13 anos, era negativa.

O CRIME

Ceci foi morta durante uma visita à casa de sua irmã, em Maceió, horas depois de ser diplomada deputada.

Ela, seu marido, Juvenal Cunha, o cunhado Iran Maranhão e a mãe dele, Ítala Maranhão, estavam sentados em frente à casa quando foram atingidos por pistoleiros. Todos morreram.

Ontem, o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Erivaldo Ribeiro, disse que a decisão foi um "momento histórico".

O caso Ceci Cunha era monitorado pelo Justiça Plena, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Pouco depois da leitura da sentença do juiz, o filho da deputada Ceci Cunha, Rodrigo, comentou o sentimento da família.

"Nós viemos aqui buscar justiça. Não viemos buscar vingança. (...) Lugar de bandido é na cadeia", disse.

FOLHA DE S. PAULO

20 JAN 2012

CONTINUAÇÃO

Defesa de Talvane entra com recurso e critica prisão

O advogado Welton Roberto, que defende o ex-deputado Talvane Albuquerque, disse que entrou com recurso ontem no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, pedindo a anulação da condenação de seu cliente.

Roberto disse que os indícios são frágeis e que Talvane só foi condenado pela "lógica" de que se beneficiaria com a morte de Ceci Cunha.

O defensor criticou a prisão preventiva. Segundo ele, a "decisão consolidada" é que os réus recorram em liberdade. Ele entrará com pedido de habeas corpus.

Apesar de Talvane ter sido condenado a 103 anos de prisão, a lei proíbe que alguém fique preso por mais de 30 anos. Criminalistas acreditam que, se ele tiver bom comportamento, pode deixar o regime fechado em 15 anos.

CONTÍNUA

CASO CECI CUNHA

Julgamento foi concluído ontem

O CASO

O ex-deputado Talvane Albuquerque foi condenado a 103 anos e 4 meses de prisão pela morte da ex-deputada **Ceci Cunha** (PSDB-AL). Todos os condenados tiveram a prisão preventiva decretada

O QUE PESOU CONTRA OS CONDENADOS

1 Diálogo entre Talvane e pistoleiro conhecido como "Chapéu de Couro" sobre plano de matar outro deputado, Augusto Farias, irmão de PC Farias. A conversa, segundo a Procuradoria, evidenciava a intenção do réu de matar um parlamentar titular para assumir o mandato. Farias descobriu o plano e, por isso, Talvane decidiu matar Ceci

2 Confissão do crime pelos réus José Alexandre dos Santos e Mendonça Medeiros da Silva, condenados sob acusação de executarem o crime

O QUE DIZ A DEFESA

1 Diálogo gravado era plano de pistoleiro para incriminar Talvane

2 Confissões foram obtidas pela Polícia Federal por meio de tortura

20 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE

CONTINUAÇÃO

Desafio é evitar que lentidão permita prescrição do crime

JOAQUIM FALCÃO
ESPECIAL PARA A FOLHA

A pergunta que todos fazem é simples: será mesmo preciso 13 anos para ter uma primeira condenação num crime como este? Por que a Justiça demora tanto?

O processo já foi ao Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal de Justiça de Alagoas, à Vara Federal de Alagoas, ao Tribunal Regional Federal, um vai e vem.

Estava agora na Vara Federal de Alagoas e não andava em razão da quantidade de recursos e incidentes que os réus propunham.

Andou porque o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) o incluiu no programa Justiça Plena, que objetiva desobstruir lentidões. Desobstruiu.

Mas o fim ainda está longe. Os réus já vão recorrer no-

vamente para o Tribunal Regional Federal. E de lá vão tentar outros recursos. Anos vão se passar. Até quando?

Alguns entendem que recursos são necessários para o pleno direito de defesa do acusado. O direito de defesa é indispensável à democracia. Acreditam que, quanto mais recursos, menos a probabilidade de injustiça.

Outros, afirmam que essa lógica não procede. A quantidade de recursos necessariamente não assegura a qualidade da justiça. Bastam, no máximo, dois julgamentos.

Acima de certo limite, a lentidão aumenta a descrença da sociedade na capacidade de o Judiciário cumprir sua missão. Todas as pesquisas mostram: o principal inibidor de crimes é a certeza da punição, e não a intensidade da pena.

Existe um projeto de emen-

da à Constituição colocando limites aos recursos ao Supremo. Mal anda no Congresso.

Cada vez que ocorre excessiva lentidão judicial diante de crimes palpáveis, como os de Pimenta Neves, Edmundo, e agora Talvane Albuquerque, o Brasil se lembra que se esqueceu de mudar a lei que permite excessos de recursos.

Provavelmente, os réus vão tentar voltar ao Supremo Tribunal Federal. A lógica da defesa é adiar. Lá não deverá haver segredo de Justiça. Haverá plena transparência.

Mas, como mostram os números do próprio STF, só 4% dos processos recebidos pelos tribunais superiores revertem a decisão inferior. A condenação deverá ser mantida.

Enquanto isso, corre o tempo para prescrever e libertar o deputado. Permitir prescrever é inocentar.

É essa situação que queremos? Quem pode mudá-la? O próprio Poder Judiciário, o CNJ e o Congresso.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito-Rio.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ex-funcionário
é indenizado
por assinatura
falsificada

20 JAN 2012

A TNorte - Transportadora de Veículos Ltda. foi condenada a pagar a quantia de R\$ 100.000,00, por danos morais, a um ex-funcionário da empresa porque o funcionário que o substituiu após a sua demissão, por não possuir credenciamento junto à Receita Federal, passou a falsificar a sua assinatura nas guias de exportação de veículos fabricados pela Renault.

Essa decisão da 9.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná reformou, apenas para aumentar o valor da condenação (antes fixada em R\$ 30.000,00), a sentença do Juízo da 15.^a Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação de indenização por danos materiais e morais proposta por L.T.R.N., ex-funcionário da TNorte. Ele havia pleiteado também uma indenização, a título de lucros cessantes, cujo valor seria correspondente ao salário que recebia como gerente da empresa (R\$ 1.140,98), multiplicado pelo número de meses em que ocorreram as falsificações. Esse pedido não foi acolhido.

De acordo com o relator do recurso de apelação, desembargador D'Artagnan Serpa Sá, a empresa tem o dever de indenizar porque incorreu em culpa in elegendo e in vigilando em relação ao funcionário que falsificou, por diversas vezes, a assinatura do autor. Ao caso foram aplicados os arts. 923 e 933 do Código Civil, que disciplinam a responsabilidade objetiva da empresa pelos atos ilícitos cometidos por seus prepostos.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AMB e Coaf falam sobre relatório do CNJ

20 JAN 2012

Presidentes das duas entidades se reuniram em Brasília para discutir

Apenas 0,1% das movimentações atípicas apontadas no relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) deveriam ser investigadas profundamente, segundo o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra. Na última quarta-feira (18), ele esteve reunido com o presidente do Coaf, Antônio Gustavo Rodrigues, para tratar do relatório, no qual foram analisadas as movimentações de cerca de 216 mil pessoas ligadas ao Poder Judiciário, entre servidores e juízes.

O Coaf identificou o envolvimento 3,4 mil de magistrados e servidores do Judiciário em transações, com valores acima do esperado, entre 2000 e 2010. O levantamento foi concluído no ano passado, a pedido da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Porém, segundo Calandra, apenas 369 pessoas fizeram movimentações atípicas nos últimos dez anos.

"O relatório do Coaf mostra que não há tantas inconsistências no meio da magistratura", disse Calandra. Segundo ele, há um mandado de segurança tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF), no qual a legalidade da deliberação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é questionada.

As investigações em torno das conclusões do Coaf estão suspensas desde a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que alegou supostas irregularidades na quebra de sigilo de juízes, servido-

documento

res e parentes, por parte do CNJ.

Para a AMB, o CNJ quebrou a confidencialidade do relatório e o sigilo das pessoas investigadas. "Falamos sobre o relatório genérico de análise financeira feito pelo Coaf. Há uma liminar no STF para decidir quem é que vai investigar. Se é o Ministério Público, a Justiça Federal ou a polícia".

De acordo com o presidente do Coaf, Antônio Gustavo Rodrigues, foram feitos 1,4 mil relatórios de inteligência financeira em 2011. Bancos, seguradoras, empresas de corretagem de valores, entre outros, são os órgãos responsáveis por comunicar operações suspeitas ao Coaf. Segundo Rodrigues, todos os dias, o conselho recebe várias comunicações, as quais são analisadas posteriormente para saber se é necessário uma investigação mais profunda.

"O relatório [divulgado] não é de inteligência financeira. É uma ferramenta de trabalho técnica que usamos internamente. Aquele relatório fez um cruzamento de todos os CPPs que nos foram fornecidos [pelo CNJ] com o nosso banco de dados", explicou Rodrigues. De acordo com ele, apenas 20% das comunicações suspeitas de bancos são usadas em relatórios.

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO 20 JAN 2012



Os presidentes da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Nelson Calandra, e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antônio Gustavo Rodrigues, falam sobre o relatório que analisou movimentações financeiras de 216 pessoas ligadas ao Judiciário

20 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Relatores vão analisar mais de mil sugestões sobre novo CPC

O projeto do novo Código de Processo Civil (PL 8.046/10), que poderá ser votado em março, segundo previsão do presidente da comissão especial que discute a proposta, deputado Fabio Trad (PMDB-MS), recebeu 1.366 sugestões de emendas entre agosto e novembro de 2011. Antes de levá-lo à votação, o relator-geral e os cinco sub-relatores terão de analisar 900 emendas apresentadas por deputados, 376 contribuições feitas pela comunidade virtual do CPC no portal e-Democracia e 90 sugestões enviadas por e-mail.

Para Trad, o grande número de emendas dá a dimensão da importância do novo Código de Processo Civil e põe fim aos questionamentos sobre a necessidade ou não de reforma do código atual. "Ficou claro que o projeto está contando com participação da população. A questão já não é mais se vamos ou não fazer a reforma, mas que tipo de mudança fazer, com qual

extensão e como fazê-la", disse.

Nos quatro meses de funcionamento da comissão especial que cuida do projeto, foram realizadas 15 audiências públicas na Câmara e 11 conferências estaduais, que visitaram as cinco regiões do país. Ao todo, foram ouvidos 118 palestrantes em Brasília e nos estados. Além disso, a comunidade virtual do novo CPC no e-Democracia registrou 20.280 acessos desde a sua inauguração, no início de outubro.

"Agora, o mundo jurídico tem oportunidade de elaborar o código conosco. Estamos recolhendo as experiências do dia a dia de todos os operadores do Direito. Quem quis falar nessa comissão, falou", afirmou o relator do projeto deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA). Para ele, o amadurecimento da discussão vai facilitar o aperfeiçoamento da proposta e simplificar a aplicação do novo código.

20 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente do TRT-PR ouve juizes e servidores sobre Fórum

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, visitou, na tarde desta quarta-feira, 18 de janeiro, as Varas do Trabalho de Curitiba. Nas unidades, a presidente ouviu juizes e servidores sobre as condições estruturais das varas. "Se o juiz não pode ser encastelado, o administrador também não pode. Precisamos conhecer de perto a estrutura e situação de cada local e ouvir de uma maneira igualitária a todos", afirmou a presidente durante a visita.

As reivindicações serão analisadas e atendidas dentro de um plano de ação da nova administração do TRT-PR, que segue até dezembro de 2013. Entre os principais problemas apontados

está a falta de espaço. "Com a transição para o processo eletrônico esse problema tende a diminuir, uma vez que os espaços que ainda são ocupados pelos processos em papel (os novos processos são totalmente digitais desde 2011) serão liberados para novas salas de audiências, estações de trabalho", explicou a presidente, lembrando que outros problemas mais pontuais e de rápida solução já estão sendo encaminhados. Outros serão estudados para viabilizar adaptações no atual espaço, como a reivindicação da 10ª Vara do Trabalho de Curitiba para criação de uma sala de pré-acordo. "Uma sala para esse fim é muito útil no andamento de um acordo, pois podemos reunir, antes da audiência, as pessoas que já

vêm à Justiça com essa intenção. Enquanto outras audiências são realizadas, as partes já vão conversando", enfatizou a juíza Patrícia Lemos.

A proposta da presidente Rosemarie Diedrichs Pimpão é realizar uma administração mais próxima das unidades. Em 9 de janeiro, foi iniciada a interiorização da administração, com visitas às Varas do Trabalho de Londrina, Cambé, Arapongas, Rolândia e Apucarana. Outras Varas do Trabalho serão visitadas nos próximos meses. "A prática de levar a Administração do Tribunal para as unidades jurisdicionadas será constante nesta gestão e queremos com isso oferecer um judiciário mais acessível a todos", disse a desembargadora.

20 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ mantém suspensão de selo para comércio de vinhos

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler, manteve suspensa a exigência do selo da Receita para vinhos nacionais e importados comercializados por empresas filiadas à Associação Brasileira dos Exportadores e Importadores de Alimentos e Bebidas (Abba). Segundo o ministro, não há perigo de lesão ao interesse público nem provas de grave lesão à ordem e à economia públicas pela não utilização dos selos. A Suspensão de Segurança foi apresentada pela Fazenda contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

As Instruções Normativas da Receita (IN-RFB 1.026/2010 e 1.065/2010) instituíram a obrigatoriedade do selo, sob justificativa de controle das empresas. A Associação Brasileira dos Exportadores e Importadores de Alimentos e Bebidas (Abba) entrou com

Mandado de Segurança contra a exigência. O juízo federal de primeiro grau concedeu liminar para suspender a obrigatoriedade do selo, decisão que foi suspensa pelo presidente do TRF-1. A sentença no Mandado de Segurança, em seguida, confirmou a liminar e declarou o selo ilegal. A União apresentou novo recurso e a Corte Especial do Tribunal Regional manteve a decisão em favor da Abba.

Ao STJ, a União alegou que a decisão provoca grave lesão à ordem por interferir na fiscalização e controle do comércio de vinhos em todo país. A Fazenda sustenta ainda que a decisão provoca um grave efeito multiplicador, incentivando demais associações e dificultando a fiscalização da Receita. Para a Fazenda, a manutenção da decisão acarreta a inutilidade do mecanismo de controle das empresas e suas obrigações.

20 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURK

NOS TEMPOS DE STALIN... FUZILAMENTO...

A capa da edição da revista Veja desta semana, com o presidente da China e a frase que ele cravou um dia – “enriquecer é glorioso” – levou o atento desembargador de nosso TJ, Antenor Demeterco Jr. enviar a seguinte correspondência ao diretor da publicação, e que registro porque se tratar de mais uma aula de acuidade histórica do mestre:

“Revista Veja, Ilustre Diretor de Redação, A frase de Deng “Enriquecer é glorioso” possivelmente é um arremedo da do Ministro Guizot (1787-1874), do governo do Rei Burguês Louis-Philippe: “Enriquecei-vos”. Deng trabalhou como montador na fábrica francesa Renault e deve ter acompanhado a desastrosa ação de Mitterand (1981), com suas estatizações. A Renault foi o símbolo dessa ação desastrosa e, felizmente, foi posteriormente privatizada. A “Era da Estagnação” de Brejnev não escapou do olhar lúcido de Deng. O mestre inarredável do tempo assiste a ironias históricas interessantes: um lema do apogeu da época burguesa virou lema de um comunista lúcido. Deng nos tempos sombrios de Stalin seria fuzilado ou teria simplesmente desaparecido. Saudações, Curitiba, 17 de janeiro de 2012, Antenor Demeterco Junior”.



Josef Stalin: com ele, fuzilamento...

DIREITO DA UFPR, BEM NO RETRATO DA OAB

A posição conquistada pelo Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, em nono lugar entre as dez universidades do país que melhor aprovaram candidatos à OAB (com 71,64%) veio como ótimo presente para a universidade que completa centenário.

Os resultados confirmaram o que já se sabe há tempo: são as universidades públicas as que continuam a preparar mais adequadamente seus estudantes. Isso resulta de carreira do magistério definida e com estímulos a seu crescimento, como melhor remuneração e tempo para a pesquisa de que gozam os mestres.

DIREITO – 2

A maior surpresa ficou por conta do curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, em primeiro lugar no exame da OAB, com 80,80%.

Em contrapartida, algumas das universidades que mais gastam em publicidade e propaganda, como a Unip, de São Paulo, não conseguiram aprovar nenhum dos inscritos.

20 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Nepotismo em Maringá

Pelo menos quatro vereadores de Maringá podem ser impedidos de tentar a reeleição neste ano, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) declare a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Eles estão na lista de atuais e ex-parlamentares condenados pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná por nepotismo. Ao todo, nove pessoas foram consideradas responsáveis pela contratação de 22 parentes em 2006, época em que a ação foi movida pelo Ministério Público.

Condenados

Foram condenados os vereadores Aparecido Domingos (PP); Belino Bravin (PP); João Alves Correa (PMDB) e Marly Martin (PPL). Também estariam inelegíveis, segundo a Ficha Limpa, os ex-vereadores Dorival Dias (atualmente chefe do Procon); Edith Dias; Altamir Antonio dos Santos (atualmente diretor da Secretaria Municipal de Agricultura); Chico Caiana (assessor de assuntos comunitários); e Odair Fogueteiro.

Defesas

Ná defesa apresentada ao TJ, os réus argumentaram que a nomeação de parentes para cargos comissionados não teria violado os princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência, "porque a Súmula Vinculante número 13 do Supremo Tribunal Federal não se aplica aos fatos ocorridos antes de sua edição e aos agentes políticos". A súmula, aprovada em 2008, veda o nepotismo nos Três Poderes, no âmbito da União, dos Estados e dos municípios.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

20 JAN 2012

Inércia

Bastou o CNJ agir e isso foi suficiente para que aumentasse, mesmo nas corregedorias, o número de processos disciplinares e sindicâncias, que até novembro de 2011 era 693, saltou para 1.710, quase na inércia. Mesmo com as resistências da cúpula vai haver mais: o processo não tem volta.

CLÁUDIO HUMBERTO

O que é bom nos EUA...

O consórcio que ganhou a concorrência convenceu a cúpula do CNJ a comprar um sistema semelhante ao da Suprema Corte americana.

...é bom para o Brasil?

Conselheiros querem saber quem do CNJ viajou aos EUA, a convite de empresas interessadas, para conhecer o sistema da Suprema Corte.

20 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Prefeitura obrigada a exonerar parentes

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - O prefeito de Castro (Centro-Oriental), Moacyr Elias Fadel Junior (PMDB), vai ter que exonerar nove pessoas que ocupam cargos comissionados irregularmente no Executivo local. A determinação é da Justiça, em caráter liminar. Entre os comissionados está um irmão do prefeito, Maurício Fonseca Fadel, que ocupa a chefia de gabinete. Fadel tem um prazo de 15 dias para o cumprimento da ordem judicial, que começou a contar no último dia 9.

A resposta da Justiça é fruto de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Pú-

blico (MP) do Paraná em dezembro do ano passado. Os nove comissionados têm parentesco com o prefeito, com o vice-prefeito, Álvaro Telles, ou com os vereadores Calim Sheneider, Luiz Carlos Flugel, Joel Antonio de Souza e José Nelson de Farias, o que configura a prática de nepotismo ou de nepotismo cruzado, o que é vedado pela Súmula 13, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A assessoria de imprensa da prefeitura de Castro informou que a decisão judicial está sob análise na procuradoria jurídica do município e que, dentro do prazo determinado pela Justiça, haverá "um posicionamento e uma medida cabível".

20 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Curitiba garante eleições pelo sistema biométrico

Luclana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - Curitiba garantiu a realização das eleições de outubro pelo sistema biométrico (por identificação das impressões digitais), ontem pela manhã, ao atingir o percentual de 80% do eleitorado da capital cadastrado pela biometria, o correspondente a 1,015 milhão títulos de eleitor revisados. O índice era pré-requisito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que a cidade recebesse a votação com o novo sistema a partir deste ano. Assim, Curitiba será a primeira e única cidade do Paraná a ter votação com a nova tecnologia em 2012.

Mesmo com essa garantia, quem vota na capital e não aproveitar hoje para se cadastrar na sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) terá o título de eleitor cancelado e não poderá votar em outubro. Até as 19 horas de ontem, o TRE mantinha o posicionamento de que o prazo não seria prorrogado.

Durante o dia de ontem, penúltimo dia para o cadastramento, 11,1 mil pessoas ha-

viam sido atendidas até as 18h30. A previsão era de que, até o fim do dia, passasse das 13 mil pessoas, o recorde de atendimento para um só dia.

Quem deixou para comparecer ao TRE de Curitiba na última hora enfrentou filas por um tempo que variava de três a cinco horas. Todas as vagas de agendamento pela internet já estavam esgotadas. A fila, que começava dentro do TRE, na Rua João Parolin (bairro Prado Velho), se prolongava por toda a quadra da instituição, chegando perto da Linha Verde.

Realidade bem diferente de quem pode aproveitar desde março do ano passado para fazer o cadastramento, inclusive com plantões em feriados e nos fins de semana. Até sexta-feira da semana passada, quem havia feito agendamento demorava dez minutos para finalizar o procedimento. Sem agendamento, a espera era de, no máximo, 40 minutos, dependendo do dia.

Os telefones disponíveis para tirar dúvidas dos eleitores são (41) 3330-8674 e (41) 3330-8673.

20 JAN 2012
FOLHA DE LONDRINA

Governo exonera mulher de Derosso

Após escândalos envolvendo a Câmara de Curitiba, jornalista deixa cargo em TV do Estado

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - A jornalista Cláudia Queiroz Guedes, esposa do presidente licenciado da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), foi exonerada do cargo comissionado que ocupava na TV É-Paraná, emissora de propriedade do governo estadual. Cláudia e Derosso são investigados pelo Ministério Público (MP) do Paraná e pelo Tribunal de Contas (TC) do Estado por conta de irregularidades em contratos de publicidade firmados entre a Câmara e a empresa de propriedade da jornalista, a Oficina da Notícia, durante o período de cinco anos. Além de manter vínculo pessoal com Derosso, na época em que o primeiro contrato foi assinado, Cláudia era servidora do Legislativo municipal, o que impossibilitaria a sua participação no processo licitatório.

A exoneração de Cláudia foi publicada em Diário Oficial da última terça-feira e passa a valer a partir de 2 de fevereiro, de acordo com o documento, assinado pelo governador Beto Richa, pelo secretário estadual da Cultura, Paulino Viapiana, e pelo chefe da Casa Civil, Durval Amaral. A saída definitiva da jornalista da TV É-Paraná acontece cinco meses depois que a própria Cláudia pediu afastamento do traba-

lho, alegando problemas de saúde. Na época, ela apresentava um programa de variedades matinal na emissora. Depois de algumas semanas afastadas, Cláudia voltou ao trabalho, mas não retomou a apresentação do programa. Já Derosso também pediu afastamento temporário da Câmara, no fim do ano passado, pelo período de 90 dias.

Punição no PPS

Por ter votado favoravelmente ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara de Curitiba que eximia Derosso de responsabilidade nos contratos de publicidade, o vereador Zé Maria (PPS) foi afastado da vice-presidência da direção do partido na capital. A decisão foi tomada em reunião feita na última quarta-feira à noite. "Desde que as irregularidades da Câmara se tornaram públicas, o partido pediu rigorosas investigações e, até, o afastamento de Derosso. O posicionamento de Zé Maria é contrário a todo o trabalho do PPS a favor da transparência e da busca por esclarecimentos. O PPS tem convicção das irregularidades praticadas pelo presidente licenciado", justificou o secretário-geral do diretório estadual do PPS, Rubi-co Camargo.

20 JAN 2012
TRIBUNA DO PARANÁ
Renault

Indenização milionária

Funcionário é demitido e substituto falsifica assinatura nas guias de exportação de veículos. Ex-empregado ganha R\$ 100 mil na Justiça

A TNorte - Transportadora de Veículos Ltda. foi condenada a pagar R\$ 100 mil por danos morais a um ex-funcionário, porque seu substituto após a demissão passou a falsificar a assinatura nas guias de exportação de veículos fabricados na Renault, por não ter credenciamento na Receita Federal. Essa decisão da 9.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça reformou, apenas para aumentar o valor da condenação (antes fixada em R\$ 30 mil), a sentença do Juízo da 15.ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação de indenização por danos materiais e morais proposta por L.T.R.N., ex-funcionário da TNorte. Ele havia pleiteado também indenização, a título de lucros cessantes, cujo valor seria correspondente ao salário que recebia como gerente da empresa (R\$ 1.140,98), multiplicado pelo número de meses em que ocorreram as falsificações. Esse pedido não foi acolhido.

De acordo com o relator do recurso de apelação, desembargador D'Artagnan Serpa Sá, a empresa tem o dever de indenizar porque incorreu em culpa "in elegendo e in vigilando" em relação ao funcionário que falsificou, por diversas vezes, a assinatura do autor. Ao caso foram aplicados os arts. 923 e 933 do Código Civil, que disciplinam a responsabilidade objetiva da empresa pelos atos ilícitos cometidos por seus prepostos

TRIBUNA DO PARANÁ

Digitais 20 JAN 2012

Eleitores aguardam uma hora e meia só pra pegar a senha no penúltimo dia de cadastramento. Prazo encerra hoje

TRE cumpre meta

As eleições com urnas biométricas estão garantidas para Curitiba neste ano. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) atingiu a meta de 80% de eleitores da cidade cadastrados para as eleições no novo sistema, no qual serão usadas as impressões digitais para identificar o eleitor no momento do voto. O índice foi alcançado na manhã de ontem, com 1.005.000 eleitores com os dados revisados.

No total, foram atendidos mais de 11 mil eleitores ontem, fazendo com que o total de cadastrados já passasse de 1.116.300 às 18h - assim como em dias anteriores, muita gente ainda ficou lá depois deste horário, aguardando atendimento. Desta maneira, quem ainda não fez o cadastramento deve correr. O prazo vence hoje e não será prorrogado. O cadastramento é obrigatório e quem não fizer terá o título de eleitor cancelado, segundo o TRE.

Não há mais horários para agendamento e quem ainda não fez o cadastramento deve ir direito à Central de Atendimento ao Eleitor, na Rua João Parolin, 55, no Prado Velho. De acordo com a assessoria de imprensa do TRE, a espera para o atendimento chega a três horas e meia, em média. O eleitor aguarda uma hora e meia na calçada, fora da sede da Central. E depois outra uma hora e meia já no pátio para o recebimento da senha e espera para o atendimento nos guichês.

Hoje, a Central fica aberta das 8h às 18h30. É necessário levar documento original com foto, CPF, título de eleitor original e comprovante de residência.

TRIBUNA DO PARANÁ

Acordo sobre a pensão

Espera-se para hoje um acordo entre a comerciante que foi presa terça-feira, por não pagar pensão alimentícia da filha, e seu ex-companheiro. De acordo com a advogada dela, Marli Jankovski, as partes devem assinar a documentação às 9h de hoje. O ex-companheiro teria aceitado fechar o acordo por um valor menor, já que a família da comerciante não conseguiu juntar os R\$ 13 mil exigidos. Com o pagamento, a comerciante poderá ser solta do Centro de Triagem I, ainda de manhã.

O caso foi em Araucária e, de acordo com Marli, tudo ocorreu por falha de comunicação. Depois da separação do casal, em 2010, o pai da menina, de 10 anos, conseguiu, em fevereiro do ano passado, a tutela antecipada e a pensão para a filha. Mas por considerar que a menina continuava sob seu sustento, a mãe não se preocupou em pagar a pensão, nem de comunicar à Justiça que a filha estava com ela.

Prisão

Meses depois, o pai avisou o juiz que a mãe devia a pensão e a empresária teve a prisão decretada por 30 dias. Pela lei, nem mesmo a apresentação de notas fiscais, que comprovem que a mãe sustentou a menina, poderia reverter a prisão. O advogado do pai da menina, Wisley Rodrigo dos Santos, disse que o dinheiro será para o bem-estar da criança. "Tudo que ele gastar desta quantia terá que prestar contas ao Ministério Público".

20 JAN 2012

Pena passa de 100 anos

Os cinco acusados de envolvimento nas mortes da deputada Ceci Cunha, do marido e mais dois parentes dela foram considerados culpados pelos crimes. A decisão foi do júri popular formado para analisar o caso. O ex-deputado Talvane Albuquerque foi condenado como mandante dos assassinatos. Os outros quatro - José Alexandre dos Santos, Mendonça Medeiros da Silva, Jadelson da Silva e Alécio Vasco - foram considerados autores materiais.

Após três dias de julgamento, Talvane Albuquerque foi condenado a 103 anos e 4 meses de prisão por homicídio qualificado, sem possibilidade de defesa das vítimas. De acordo com o Ministério Público, o crime teve motivação política, pois Talvane Albuquerque queria ocupar o posto na Câmara dos Deputados para retardar o julgamento de outros processos a que respondia na Justiça. Ele foi condenado a pagar R\$ 100 mil de indenização aos filhos de Ceci.

Sai a toga e o martelo, entra o cidadão comum

Regulamentada há 15 anos, a arbitragem permite a resolução de litígios com rapidez e tem sido procurada por empresas e entidades de classe

Vanessa Prateano

Em vez do juiz, de toga e martelo, quem decide é um cidadão comum, que nem precisa ser formado em Direito. A pompa e circunstância de um tribunal são substituídas por um outro ambiente. E o melhor de tudo é a celeridade do processo: seis meses, contra até 6 anos em um processo judicial. Aos poucos, apesar da desconfiança, o país começa a descobrir as vantagens da arbitragem, método que permite pôr fim a vários conflitos sem a necessidade de recorrer ao Judiciário.

Desde que o procedimento foi regulamentado, em 1996, cada vez mais empresas, entidades de classe e pessoas físicas têm procurado resolver pendências por esse meio — que só se aplica para litígios de natureza financeira e patrimonial, como os de compra, venda ou oferta de serviços. A arbitragem não pode ser utilizada, por exemplo, para resolver conflitos que envolvam casos na área de família, criança e adolescente, meio ambiente ou criminal.

O crescimento na área pode ser mensurado por uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas em 2010: o valor movimentado por arbitragens movidas por empresas, fornecedores e consumidores cresceu 185%, indo de R\$ 867 milhões em 2008 para R\$ 2,4 bilhões no ano seguinte. O levantamento incluiu cinco câmaras de comércio internacional, três de São Paulo, uma do Rio de Janeiro e uma de Minas Gerais. Segundo o estudo, ao trocar a Justiça pelo procedimento, as partes economizam, em média, 58% — considerando o tempo que uma ação leva para ser julgada na Justiça.

Vantagens

Para quem se queixa da falta de celeridade e da infinidade de recursos que a Justiça permite, a arbitragem tem se mostrado uma alternativa satisfatória. O prazo máximo para a decisão é de 180 dias, e uma vez que o árbitro homologa a sentença, não é possível recorrer. O princípio é claro: como os árbitros são escolhidos pelas partes envolvidas, é preciso confiar na própria escolha e não colocar em xeque a autoridade que as próprias partes conferiram a quem julga.

"Na Justiça comum, as brigas não têm fim e há processos de até 50 anos. Na arbitragem, a filosofia é diferente. As pessoas são obrigadas a respeitar a decisão. Quem perdeu não recorre, procura melhorar", exemplifica o árbitro e presidente da Associação Brasileira de Arbitragem e Mediação (Abrame), Áureo Simões Júnior, há 15 anos na área.

Especialistas

Outra vantagem da arbitragem é que, para ser árbitro, não é necessário ter formação em Direito, como comumente se pensa. E a ausência desse fator limitador contribui tanto para a satisfação das partes quanto para a celeridade do processo. Ou seja, se o conflito envolve a obra de uma casa, é possível procurar por um árbitro com formação em Engenharia Civil, que tem conhecimento de causa e dá pareceres mais rápidos para as dúvidas das partes.

"Uma das causas do afogamento do Judiciário é que um juiz precisa decidir sobre questões muito técnicas, além das jurídicas. Nesse caso, ele precisa estudar aquele tema, e isso leva tempo. Na arbitragem, quem julga já é especialista naquela matéria", explica o árbitro Alfredo Assis Gonçalves Neto. Em último caso, se o árbitro não tiver formação específica, ele pode solicitar a assessoria de um perito que o ajude a formular o laudo arbitral.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

BENEFÍCIOS

20 JAN 2012

Quando o Judiciário pode intervir

Entre os principais méritos da arbitragem está a possibilidade de resolver conflitos sem que o Judiciário seja acionado, mas isso não significa que tal poder esteja totalmente ausente em relação ao procedimento. Há duas situações em que a figura do juiz pode intervir nos laudos arbitrais – como são chamadas as decisões dos árbitros.

De acordo com o árbitro Alfredo de Assis Gonçalves Neto, caso as normas que regem a arbitragem não estejam sendo cumpridas, a decisão pode ser anulada na Justiça. Entre elas, a obrigatoriedade de que o árbitro não tenha relação com qualquer uma das partes, que firme um compromisso de isenção e que os laudos emitidos sejam feitos por quem apresenta conhecimento sobre o assunto.

O árbitro ressalta, no entanto, que a Justiça jamais pode anular o laudo arbitral com base na apreciação do mérito da questão. Isso significa que não se pode conceder a anulação da sentença porque uma das partes ou o próprio magistrado discordam do julgamento. "Ele só pode avaliar as questões formais, não as de mérito."

O Judiciário também pode se manifestar quando, após o laudo arbitral, uma das partes não cumprir o que foi decidido. A outra parte, então, pode ir à Justiça e pedir que o juiz execute a decisão e, caso seja necessário, determine ações coercitivas, como penhorar bens e apreender documentos e objetos.

"O juiz só pode avaliar as questões formais [envolvidas na arbitragem], não as de mérito".

Alfredo de Assis Gonçalves Neto, árbitro.

Conheça as vantagens da utilização da arbitragem:

Celeridade

Os processos duram no máximo 180 dias. Em casos específicos, podem ser prorrogados por igual período.

Sigilo

O processo, por não transitar na Justiça comum, não se torna público. As partes envolvidas também se comprometem a manter sigilo.

Sem recurso

Após a decisão, não é possível recorrer a outro árbitro.

Conhecimento

Os árbitros são formados nas mais diversas áreas, e podem arbitrar em temas de acordo com sua especialidade.

Economia

Os gastos com processos que correm na Justiça comum costumam ser 58% mais caros.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas; Alfredo Assis Gonçalves Neto; Claude Franck Loewenthal; e Auro Simões Junior.

Rapidez de um lado, sigilo de outro

Uma das áreas que mais procuram pela arbitragem, atualmente, é a de engenharia, o que motivou a criação de câmaras de arbitragem – espécie de cartório responsável por fazer a comunicação entre as partes e montar o processo – por vários conselhos regionais de engenharia, arquitetura e agronomia (Creas). No Paraná, a Câmara de Mediação e Arbitragem da entidade existe desde 2003.

O coordenador técnico do órgão e presidente do Instituto de Mediação e Arbitragem (IMA), Claude Franck Loewenthal, explica que os engenheiros têm se informado cada vez mais sobre as vantagens do procedimento. Na maioria dos casos atendidos por Loewenthal, os litígios envolvem os profissionais de engenharia e seus clientes, geralmente por atrasos ou problemas em obras.

O árbitro dá um exemplo de um episódio ocorrido recentemente em Maringá para ilustrar os benefícios para ambas as partes: um casal contratou os serviços de um engenheiro e já havia pago o valor integral da obra, em torno de R\$ 75 mil. Após um tempo, os clientes descobriram

que apenas 20% do serviço havia sido feito, e que o engenheiro já havia mudado de cidade e fechado a empresa.

O casal, após cogitar processar o engenheiro na Justiça comum, optou por firmar uma cláusula compromissória e resolver o problema por meio da arbitragem. "Todos ficaram muito satisfeitos, pois o problema se resolveu durante apenas uma sessão, que durou seis horas. Foi decidido que o engenheiro indenizaria o casal, e a obra não precisou ficar parada por muito tempo", diz Loewenthal.

O acordo também foi bom para o engenheiro, que não foi processado na Justiça, um episódio que poderia comprometer-lo profissionalmente. "Quando isso acontece, principalmente numa cidade pequena, o profissional pode ficar carimbado, com a reputação maculada. Com a arbitragem, a garantia de sigilo é total", diz o árbitro, que também é engenheiro eletricitista e economista.

20 JAN 2012

GAZETA DO POVO

RECADASTRAMENTO EM CURITIBA

Eleitor pode ter 2.^a chance, mesmo após TRE cumprir meta

Quem perdeu o prazo, que termina hoje, deve ganhar nova oportunidade de regularizar o título. Ontem, espera para atendimento chegou a seis horas

Vinicius Boreki

Embora não haja confirmação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE), o eleitor curitibano que perder o prazo de recadastramento do título eleitoral, que se encerra hoje, provavelmente terá uma segunda chance para regularizar o documento. Em Sergipe, um dos estados que passou pelo mesmo processo, foi aberta nova oportunidade. Além do prazo maior, não haverá cobrança da multa eleitoral de R\$ 3,51 naquele estado. Ontem, quando Curitiba atingiu a meta de recadastrar 80% do eleitorado pelo sistema biométrico (com as digitais), a procura pelo serviço foi muito grande. O tempo de permanência na fila de espera variou de três a seis horas e ela superou um quilômetro de distância, chegando quase à Linha Verde.

Oficialmente, o TRE deve anunciar somente na próxima semana como os eleitores que não se reca-

dastraram deverão proceder. "Isso deve ser anunciado na semana que vem. Ainda haverá período de processamento dos dados coletados no período para definir as regras na sequência", afirma Marden Machado, responsável pela Comunicação da Instituição.

Algumas das pessoas contratadas pelo TRE para prestar orientação ao longo das filas afirmaram ontem que, em caso da perda de prazo, o eleitor teria de pagar uma multa para regularizar, e que o valor seria determinado pelo órgão. Pela legislação eleitoral, o prazo para a transferência e regularização do título expira em 9 de maio.

Paciência

Por volta das 10h30, o TRE confirmou que a marca de 1.005.213 pessoas, o equivalente a 80% do eleitorado da capital, havia passado pela revisão eleitoral, confirmando o uso das digitais nas eleições. Contudo, os curitibanos que deixaram a tarefa para a última hora precisaram de paciência. "Sabe como é o brasileiro: deixa tudo para o último momento. Eu fiz o meu em cinco minutos há algum tempo, sem sofrer", conta Luiz Felipe Guedes, de 18 anos, que vai prestar o serviço militar e acompanhava a irmã na fila ontem. Pouco antes das 17 horas, eles deixaram o TRE. "Foram quase sete horas na fila", conta Guedes.

Ao todo, a instituição atendeu aproximadamente 15 mil pessoas ontem e tem a mesma expectativa para hoje. Todos que chegarem à fila até as 18h30 recebem senha para

atendimento. Apesar do calor e da espera, o clima era de tranquilidade, embora o movimento de carros e nas estações de ônibus tenha deixado o trânsito complicado nas imediações do TRE, no bairro Parolin. Por outro lado, quem comemorou o movimento foram os ambulantes e comerciantes: quase tudo era vendido, de água à plastificação do título de eleitor.

A vendedora Sueli Mota, de 37 anos, enfrentou seis horas de fila. "Cheguei às 10h40. Quando entramos no TRE, levou mais uma hora até sermos atendidos, sem contar as quase cinco horas do lado de fora", afirmou. "Cheguei às 14h30 e já estou há mais de duas horas aqui", disse a missionária Geni Lizarti, de 55 anos. Chegando à esquina entre a Marechal Floriano e a João Parolin, ela esperava encerrar o compromisso às 19 horas. "Se cheguei até aqui, não vou desistir agora", afirmou.

SERVIÇO:

A Central de Atendimento do TRE funciona das 8 horas às 18h30. É preciso levar um documento oficial de identidade com foto e título de eleitor, além de um comprovante de residência. Só serão aceitos documentos originais. O endereço é Rua João Parolin, 55, Prado Velho. Os telefones para tirar dúvidas são: (41) 3330-0674 e (41) 3330-0673. Há estacionamento próprio e gratuito no local.

Colaboraram Fernanda
Pissotto e Helberton Cesco.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

BIOMETRIA

20 JAN 2012

Veja o resultado em estados e cidades que passaram pelo cadastramento biométrico. As metas variam de acordo com cada localidade.

Região	Eleitores	Recadastrados
Curitiba	1.250.000	1.010.000 (80%)
Araguaas*	1.006.653	1.230.217 (70%)
Maceió (AL)	535.648	408.982 (70%)
Sergipe**	1.326.053	1.148.077 (87%)
Aracaju (SE)	353.315	303.729 (86%)
Goiânia (GO)***	909.651	926.038 (90%)

* Em Maceió, o prazo se esgotou. Algumas cidades do interior estenderam o prazo até março.

** Prazo acabou em 16 de dezembro.

***Data-limite vai até 19 de março.

Fonte: TREs.

DÚVIDAS

Tire suas dúvidas sobre o recadastramento eleitoral:

O que acontece se o eleitor perder o prazo de recadastramento?

O TRE-PR ainda não definiu qual será o tratamento dado aos eleitores. A comunicação oficial deve acontecer somente na semana que vem. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) afirma que os

tribunais regionais têm autonomia para decidir sobre isso.

Em Sergipe, os eleitores puderam fazer o recadastramento normalmente sem cobrança de multa – exceto quem não havia votado em eleição ou descumprido a convocação eleitoral.

Qual o valor da multa?

O preço estipulado pela Justiça Eleitoral é de R\$ 3,51.

É preciso enfrentar a fila em caso de primeiro título de eleitor ou transferência de cidade?

O prazo de recadastramento foi estipulado para quem vota em Curitiba. Portanto, nesses casos específicos, o eleitor tem até o dia 9 de maio para regularizar sua situação.

Se não me recadastrarei hoje, posso votar neste ano?

Para participar da eleição, é preciso regularizar o título até 9 de maio. O TRE deve se pronunciar na próxima semana.

COLUNA DO LEITOR

Recadastramento eleitoral

O que não está claro é como o TRE-PR vai providenciar para quem não fez o cadastramento poder votar. O cancelamento do título não é solução. O direito ao voto é constitucional, portanto não pode um órgão decidir que o cidadão não tem direito a votar. Isso tem de ser explicado à população.

Valmir Ledon

20 JAN 2012

GAZETA DO POVO

GILBERTO ALVAREZ GIUSEPONE JR.

A Cracolândia não é um caso de polícia

A extinção da Cracolândia só é possível se os usuários de droga puderem ser recuperados. Fora isso, o problema só estará sendo deslocado

Ação articulada entre a prefeitura e o governo de São Paulo para acabar com a Cracolândia conseguiu a façanha de ser unanimemente rejeitada. Sociedade civil organizada, movimentos sociais, Ministério Público e Igreja Católica já se posicionaram contra o fato de a operação no Centro de São Paulo tratar uma questão tão delicada e dolorosa como o consumo do crack como um mero caso de polícia.

A droga é um problema que deve ser tratado com repressão policial apenas quando se trata de enfrentar e coibir o tráfico — e, mesmo assim, com estratégias inteligentes que impeçam os traficantes de dominar áreas da cidade e ameaçar as pessoas. Neste caso, a repressão policial pela polícia é admissível — jamais para enfrentar usuários miseráveis e desarmados. O padre Júlio Lancelotti esclarece muito bem essa questão quando afirma que tratar o usuário das drogas como criminoso é a mesma coisa que tentar resolver o problema alcoolismo prendendo dependentes do álcool. A dependência química é uma doença e precisa ser tratada como tal.

Qual a linha terapêutica que sustenta a crença das administrações públicas de São Paulo de que a dor, o sofrimento e até a humilhação levarão os usuários a buscar tratamento? Existem pesquisas que corroboraram essa tese estapafúrdia? Ao contrário disso, o que se sabe é que as crises de abstinência sem acompanhamento adequado podem gerar ataques de violência e expor ainda mais a população a um problema que precisa ser enfrentado por meio de intervenção intersetorial.

A extinção da Cracolândia só é possível se os usuários de droga puderem ser recuperados. Fora isso, o problema só estará sendo deslocado. Isso é viável por meio de uma intervenção intersetorial que combine a recuperação oferecida

pela rede de saúde pública com oportunidades nas áreas de educação e cultura. A inclusão social poderá também ser feita por meio do trabalho e, para isso, deveria ser criada uma política municipal de apoio e fomento a projetos de geração de renda. Seria uma contrapartida ao programa do governo Federal prometido para abril, que se propõe a enfrentar o crack por meio de uma abordagem de saúde pública.

Também seria importante construir consultórios de rua, cujos recursos já foram liberados pelo Ministério da Saúde. Criados em Salvador nos anos 1990, esses escritórios são uma fórmula de sucesso porque os profissionais envolvidos se aproximam da população usuária de drogas nas ruas, convivem com ela até ganhar a sua confiança. E isso faz toda a diferença. O viciado compreende que aquele profissional está lá para orientá-lo a viver melhor. Ai, sim, é possível realizar um trabalho psicossocial e educativo de resgate do indivíduo.

Ao lado da intervenção psicossocial, também é necessário a criação de políticas de redução de danos sociais e à saúde associados ao consumo de drogas. Cerca de 30% da população da região da Cracolândia é constituída de crianças e adolescentes que, desde cedo, tiveram a enorme infelicidade de crescer sob um flagelo insuportável. E uma ação meramente repressiva não consegue lidar com essas crianças.

Há muito tempo, por descaso e omissão do poder público municipal, as ruas do centro histórico de São Paulo tornaram-se um lar sórdido e degradante para cerca de 3 mil pessoas dependentes da droga. O abandono da região permitiu que um lugar onde ninguém queria ir fosse ocupado por pessoas que a sociedade não desejava enxergar. Mas, como agora há interesse em se recuperar a região para expansão imobiliária — com os projetos Nova Luz e Operação Urbana Lapa-Bras, na Comunidade do Moinho —, as autoridades municipais e estaduais querem simplesmente expulsar os dependentes, como se fossem dejetos humanos.

Gilberto Alvarez Giusepone Jr., professor, é autor do material de Física do Sistema de Ensino do Cursoinho da Poli (SP) e diretor da Instituição.

20 JAN 2012

GAZETA DO POVO

DIREITOS HUMANOS

OEA vai julgar Brasil sobre adiamento de precatórios

■ A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) vai julgar o Brasil por desrespeito aos direitos humanos ao não pagar precatórios devidos pelo Estado brasileiros a milhares de pessoas. A denúncia foi feita por funcionários da prefeitura de Santo André (SP) e, acatada pela comissão, terá o mérito julgado nos próximos meses. A decisão, ain-

da não informada oficialmente ao governo brasileiro, deverá se transformar em mais um capítulo na sequência de crises entre o Brasil e a organização, inaugurada em abril do ano passado, quando a OEA exigiu a suspensão imediata da construção da hidrelétrica de Belo Monte e ouviu uma dura resposta, incomum na diplomacia brasileira.

ALAGOAS

Ex-deputado pega 103 anos por morte de colega

■ O ex-deputado Talvane Albuquerque (ex-PTN), condenado ontem a 103 anos de prisão pelo assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL) e de três parentes dela, em 1998, foi levado diretamente para a cadeia após a Justiça apontar "grande comoção social". Albuquerque, que era o primeiro suplente da coligação da deputada, foi apontado como mandante do crime com o objetivo de assumir o mandato dela. Ele chegou a tomar posse na Câmara, mas foi cassado.

A defesa do ex-deputado recorreu da decisão e considerou exagerado o decreto de prisão preventiva.

Metrô e Via Amarela são condenados

■ A Justiça federal em São Paulo condenou o Metrô e o Consórcio Via Amarela, responsáveis pela construção da primeira fase da Linha 4 — Amarela, a indenizar o Instituto Nacional do Seguro Social. O órgão federal concedeu benefícios a familiares de parte das vítimas do acidente da cratera da Estação Pinheiros, na zona oeste da capital, em janeiro de 2007. O valor da indenização ainda será calculado. A juíza da 11.ª Vara Cível de São Paulo, Regilena Emy Fukui Bolognesi, considerou que as empresas foram responsáveis pelo acidente que matou sete pessoas.

GAZETA DO POVO

MP quer apreender passaporte de ex-BBB

20 JAN 2012

Advogado defende a volta ao programa de modelo expulso do Big Brother por suspeita de estupro

O Ministério Público requereu ontem a apreensão do passaporte do modelo Daniel Echaniz, participante expulso do Big Brother Brasil (BBB) 12 que está sob investigação policial por "estupro de vulnerável". O pedido foi feito à Justiça com o objetivo de impedir que ele viaje a trabalho para o exterior.

O advogado Wilson Matias, que o representa, disse que há convites para o modelo ir à Itália e à África do Sul, mas negou que ele tenha a intenção de viajar agora. Quer, antes, "resgatar sua imagem". Daniel afirmou à polícia que não fez sexo com a colega de programa Monique Amin. Ambos estavam conscientes ao "dar e receber" carícias, especificou o advogado.

Matias afirmou que, embora não tenha recebido ameaças, Daniel teme pela sua vida, por causa da suspeita de crime grave. Disse também que ele deseja voltar ao reality show — o que já foi descartado pela TV Globo.

"Nosso objetivo é que ele limpe sua imagem e retorne ao programa."

Ele não entrou em detalhes sobre o depoimento do cliente, porque o caso corre em segredo de Justiça, mas afirmou que o relato é idêntico ao de Monique, segundo o qual tudo foi consentido.

Matias deixou no ar a questão racial. "Se fosse o Rafa, o galã [branco], ele teria sido excluído? Daniel foi por ser descendente de afro? Ele é um camarada frágil, sensível, de vida ilibada, sem nenhuma mácula. A família está destruída."

Daniel não participou da entrevista. Não queria correr o risco de a Globo puni-lo sob alegação de quebra do contrato de exclusividade de seis meses de duração assinado por todos os BBBs, cuja multa é de R\$ 1,5 milhão (ele só pode dar declarações à Globo).

20 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Governo exonera mulher de Derosso de tevé estatal

♦ A emissora de tevê do governo paranaense, a E-Paraná — antiga TV Educativa, demitiu nesta semana a jornalista Cláudia Queiroz Guedes, casada com o presidente licenciado da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB). A jornalista, que apresentava o programa *À Manhã*, estava afastada de suas atividades desde agosto, quando surgiram denúncias de que a empresa dela teria sido beneficiada com contratos públicos com a Câmara.

Segundo o decreto, Cláudia vai ser exonerada no dia 2 de fevereiro. A jornalista está de férias até 31 de janeiro. A reportagem tentou contato com ela ontem, mas o advogado que a representa, Marcelo Ciscato, afirmou que Cláudia está viajando e que, pelo menos por enquanto, não se pronunciaria sobre o assunto. O decreto de exoneração é assinado pelo governador Beto Richa (PSDB), pelo secretário-chefe da Casa Civil, Durval Amaral (DEM), e pelo secretário de Estado da Cultura, Paulino Viaplana.

Viaplana disse que a demissão de Cláudia não tem qualquer relação com o escândalo político que envolveu o nome da jornalista. "Estamos fazendo uma reestruturação na tevê que envolve essa e outras mudanças", afirmou. Segundo ele, as mudanças tiveram origem no encerramento do contrato entre a E-Paraná e a Fundação da Universidade Federal do Paraná (Funpar).

O Tribunal de Contas considerou irregular o acordo para que a tevê fizesse contratações por meio da Funpar. Com o fim do contrato em dezembro, outras 40 pessoas serão exoneradas. Cláudia Queiroz, no entanto, não era contratada por meio da Funpar. Tinha um cargo em comissão na tevê.

Apesar da exoneração, Viaplana fez questão de elogiar o trabalho de Cláudia. "Ela sempre trabalhou bem e cumpria seus horários. Quando ela pediu o afastamento do programa, entendemos e concedemos", disse.

A reportagem tentou contato com João Cláudio Derosso, mas ele não atendeu aos telefonemas em seu celular.

Câmara de Curitiba

Em julho passado, a Gazeta do Povo revelou que o Tribunal de Contas investigava contratos de publicidade da Câmara de Curitiba. As duas empresas que prestaram o serviço entre 2006 e 2011 foram escolhidas numa licitação em que apenas elas participaram. Cláudia Guedes era a proprietária de uma delas, a Oficina da Notícia, que geriu R\$ 5 milhões em contratos de publicidade da Casa.

O caso levou Derosso à Comissão de Ética da Câmara e foi motivo da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Derosso e Cláudia alegam que não cometeram irregularidades e que não se conheciam quando o contrato foi firmado. Na época da licitação, Cláudia era comissionada da Câmara, o que também é irregular. Em novembro, após o Ministério Público pedir o afastamento de Derosso da presidência da Câmara, ele se licenciou do cargo.

20 JAN 2012

GAZETA DO POVO

“A sociedade quer a abertura desta CPI”

Amaury Ribeiro Jr.
Jornalista

Sandro Moser

Destaque na lista dos mais vendidos de várias livrarias, a obra *A Privatária Tucana*, de Amaury Ribeiro Jr, foi lançado oficialmente ontem em Curitiba, com a presença do autor. O livro, que acusa lideranças do PSDB — principalmente o ex-governador de São Paulo, José Serra, — de receber propinas de empresários durante as privatizações conduzidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, foi debatido ontem no auditório do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba (Sismuc). Mas não é de hoje que Ribeiro está envolvido em polêmicas. O jornalista, nascido em Londrina e criado em Santa Cruz de Monte Castelo (Nordeste do estado), foi acusado de participar de uma central de espionagem montada na campanha da presidente Dilma Rousseff no ano passado. Também chegou a ser acusado pela Polícia Federal de pagar pela violação do sigilo fiscal de dirigentes tucanos e dos familiares de Serra durante suas investigações. Ribeiro Jr. nega as acusações. O livro tem sido muito criticado pelos personagens ligados às privatizações e defendido por políticos do PT. Confira a entrevista concedida à *Gazeta do Povo* antes do lançamento do livro:

O livro lidera a lista de mais vendidos desde que foi lançado. Porque o tema tem despertado tanto interesse do público?

Agora que eu estou começando a entender. A onda estatizante atingiu a vida das pessoas. Conheci pessoas que ficaram loucas ao perder o emprego após as privatizações. Gente que ficou indignada porque as tarifas aumentaram. O que eu tenho ouvido das pessoas é que,

o livro é uma forma de consolar o sofrimento que tiveram. Além disso, em alguns estados tem renascido uma onda de privatizações e terceirizações e as pessoas estão muito preocupadas.

Os defensores das privatizações alegam que os serviços melhoraram e que o Estado ficou mais enxuto e mais barato para o contribuinte. Para o senhor, por que as privatizações são nocivas?

Isto é uma balela. Mesmo após a publicação do livro tive acesso a muitos estudos que provam o contrário. No setor elétrico, por exemplo, as tarifas ficaram absurdas. Além das incontáveis fraudes nas privatizações. Quem me diz que as privatizações são nocivas são as pessoas que compram o livro em todo o Brasil.

O início de sua apuração é alvo de polêmica. Quando e porque você decidiu investigar o processo de privatização no governo Fernando Henrique Cardoso?

São várias as fases. São 12 anos de investigações, em vários jornais e momentos distintos. Comecei quando trabalhava na sucursal de *O Globo* em São Paulo após denúncias de que havia pagamento de propina nas privatizações. Em 2003, publiquei na revista *Isto!* uma reportagem sobre o caso Banestado que resultou em uma CPI no Congresso. A história gerou uma operação da Polícia Federal que prendeu doleiros. Conseguí descobrir que uma parcela do dinheiro destas propinas foram pagas, por exemplo, a Ricardo Sérgio de Oliveira, que comandava as operações de privatização [ele era diretor da área internacional do Banco do Brasil]. Apesar do acordo entre gover-

nistas e oposição no final da CPI, o relatório provava o pagamento da propina. Em 2008, já trabalhando no jornal *O Estado de Minas*, fui destacado para investigar o caso de um espião colocado pelo José Serra para descobrir algo sobre o governador mineiro Aécio Neves para tirá-lo da disputa à Presidência. Descobri que quem operava a “arapongagem” era a filha e o genro do Serra. Vi que era o momento de retomar o caminho da investigação anterior sobre as privatizações. Foi aí que eu cheguei numa terceira fase, descobrindo o dinheiro do banco Opportunity para a família Serra. Foram processos que foram se juntando e assim foi se formando a ideia do livro.

Seus críticos, apesar da documentação citada no livro, dizem que não dá para fazer uma conexão direta das movimentações com o processo de privatização...

Isto é cinismo. Mostro que o Ricardo Sérgio foi o cara que pilotou as privatizações. E que a empresa controlada pelo Carlos Jereissati [empresário] nas Ilhas Cayman repassou US\$ 410 mil para ele dois anos depois do leilão em que um grupo controlado por Jereissati arrematou o controle da antiga Telemar. Como não há conexão? Queriam que tivesse no recibo “dinheiro da privatária”? A conexão está provada, e quem não tem como explicá-la tenta desacreditar a apuração. Como não colou, tentam atacar a minha vida pessoal.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 JAN 2012

Como você resumiria o papel de José Serra nesse processo todo?

O nome do Serra está em todas. Senão diretamente, com familiares, primo, filha, genro. Tudo liga a família dele.

A principal denúncia é sobre lavagem de dinheiro em paraísos fiscais. Os documentos foram produzidos pela CPI do Banestado, cujo relator era do PT. Por que essa investigação não aconteceu naquela época? Eu não tinha acesso a este relatório porque era réu em um processo de calúnia (movido por Ricardo Sérgio). Em 2008, eu ganhei a ação e pude encontrar este processo nos arquivos da Justiça.

Mas o PT não conhecia os documentos? Por que precisou de você?

É que houve um acordo na CPI do Banestado. Quando a CPI começou a chegar perto de gente do PT que operava com o mesmo dinheiro, a coisa deixou de interessar tanto ao governo quanto à oposição. Houve um "acordão" e uma grande pizza. E corremos o risco de que isso ocorra novamente...

O senhor se refere à CPI requerida no Congresso no fim de 2011. Será que desta vez ela poderia avançar nas investigações?

Uma CPI bem conduzida poderia ir muito além da nossa investigação, mostrar que o volume de roubalheira foi muito maior do que aquele que conseguimos documentar. A sociedade quer a abertura desta CPI. Mas o governo sinaliza com novo "acordão" para preservar a base. Seria uma vergonha para o governo.

Antes de o livro sair, você protagonizou uma confusão na campanha presidencial de Dilma Rousseff. À época se disse que alguns dos documentos que estão no livro foram conseguidos ilícitamente. O que o senhor diz sobre isso?

Fui chamado pela coordenação da campanha porque diziam que havia vazamento de infor-

mação. Quando a gente descobriu, disseram que eu tava fazendo um dossiê. E me acusaram de quebra de sigilo. Meu livro mostra, no entanto, que as pessoas que acusam de ter quebrado o sigilo já tinham seus sigilos quebrados pela Justiça. São estas as provas que estão no livro. Além disso, ninguém fala que este inquérito não evoluiu e não virou denúncia.

Houve um "fogo amigo" de petistas?

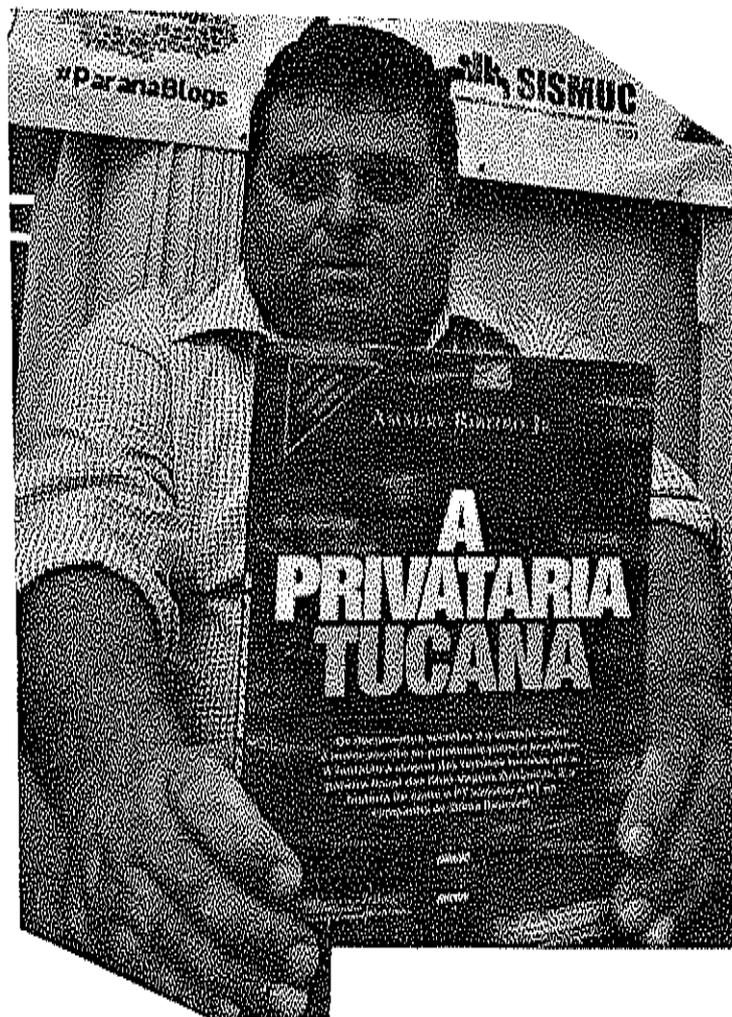
Com certeza. Tanto no PT como no PSDB. Às vezes, a briga interna é que é a mais violenta. O que vale não é o interesse do partido, do candidato do partido. É o interesse de cada um, a disputa de poder. Antes mesmo de a Dilma vencer, o pessoal [do PT] já estava se matando por causa de cargos. E quase sobrou pra mim. Diziam que o livro não existia, que era uma mentira. E o livro está aí.

Foi por isto que o senhor concluiu no livro que "não há santos nessa história. Todos são vilões e o Brasil é a vítima"? Não é uma conclusão desalentadora?

É duro, mas é verdade. Esta história do fogo amigo no PT é igual aquela história do "dossiê dos aloprados". Como entender gente que pega dinheiro do adversário para pegar informação para minar a própria campanha do partido? Este jogo é muito sujo. Depois daquela confusão, não quero nem passar mais perto da política. Nunca gostei e agora peguei ódio.

CONTINUA

20 JAN 2012
GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO



“Conheci pessoas que ficaram loucas ao perder o emprego após as privatizações. Gente que ficou indignada porque as tarifas aumentaram. O que eu tenho ouvido é que o livro é uma forma de consolar o sofrimento que tiveram.”

AMAURY RIBEIRO JR.

20 JAN 2012

PRIVATARIA TUCANA

Os documentos secretos e a verdade sobre o maior assalto ao patrimônio público brasileiro. A fantástica viagem das fortunas tucanas até o paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas. E a história de como o PT sabotou o PT na campanha de Dilma Rousseff.

**OS PIRATAS DA POLÍTICA
BRASILEIRA NO CARIBE DOS
PARAÍSOIS FISCAIS E
OS BASTIDORES DE UMA
ERA DE PRIVATIZAÇÕES**

Prepare-se, leitor, porque este, infelizmente, não é um livro qualquer. A *PRIVATARIA TUCANA* nos traz, de maneira chocante e até decepcionante, a dura realidade dos bastidores da política e do empresariado brasileiro, em conluio para roubar dinheiro público. Faz uma denúncia vigorosa do que foi a chamada Era das Privatizações, instaurada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e por seu então Ministro do Planejamento, José Serra. Nomes imprevistos, até agora blindados pela aura da honestidade, surgirão manchados pela imprevisível descoberta de seus malfeitos.

Amaury Ribeiro Jr. faz um trabalho investigativo que começa de maneira assustadora, quando leva um tiro ao fazer reportagem sobre o narcotráfico e assassinato de adolescentes, na periferia de Brasília. Depois do trauma sofrido, refugia-se em Minas e começa a investigar uma rede de espionagem estimulada pelo ex-governador paulista José Serra, para desacreditar seu rival no PSDB, o ex-governador mineiro Aécio Neves. Ao puxar o fio da meada, mergulha num novelo de proporções espantosas.

Roubando e lavando

Autor de denúncia política diz que privatização foi o maior roubo do planeta e que o caso Banestado foi a grande lavanderia da história

Edilson Pereira

Autor do livro bomba *Privatária Tucana*, o jornalista Amaury Ribeiro Jr é paranaense de Londrina, criado em Santa Cruz do Monte Castelo e cujos familiares moram em Cambé. Ele vem a Curitiba, no próximo dia 19, para lançar a obra na capital paranaense. O livro já vendeu 120 mil exemplares e num primeiro momento sofreu boicote da grande imprensa. Tudo isto só serviu para dar ampla repercussão interna e internacional à denúncia.

Porque a grande imprensa silenciou sobre o seu livro?

Simples. Porque o livro bate muito na grande imprensa. Fala do comportamento que a grande imprensa teve nas últimas eleições. Ela teve que engolir e engoliu calada. Está cheio de provas lá. Mostrando o comportamento dela, no mínimo esquisito. Mas é também um livro que fala sobre lavagem de dinheiro como um todo. Do caso Banestado, aí do Paraná.

O que ele mostra?

O livro mostra como funciona o esquema. Tinha muitas pessoas que sabiam do assunto pela revista *IstoÉ*, mas elas não entendiam como funcionava o mecanismo. E com o livro a gente está fazendo com que as pessoas entendam. O Paraná foi a maior lavanderia de dinheiro do mundo. Eu estive em Nova York fazendo pesquisas. No caso do Paraná, chama mais atenção por causa disso também.

Há uma teoria de que o mensalão foi criado em Londrina pelo ex-deputado José Janene.

No tempo da *IstoÉ*, eu fiz uma matéria de capa sobre o José Janene, mostrando que o esquema dele era monstruoso. Eu até fui processado por ele e me parece que ele perdeu a ação. Mas o esquema dele era grande. E ele teve um enriquecimento monstruoso e inexplicável. Não tem origem o dinheiro dele. Infelizmente o Paraná é um estado que a gente gosta, mas criou estes megas esquemas de corrupção.

E quem são as pessoas que operam estes esquemas?

Interessante, que as pessoas são sempre as mesmas. Por exemplo, quem criou o esquema do Banestado foi o Ricardo Cesar de Oliveira, que também está no esquema das privatizações tucanas. Ele criou aquelas contas correlatas que tinham no Banco do Brasil e em bancos no Paraguai, um esquema criado para facilitar a vida de comerciantes brasileiros em Ciudad Del Este, mas que acabou virando grande duto.

Como funcionava o negócio?

Em vez do dinheiro vir para o Brasil, o dinheiro do Brasil ia para fora, para a agência do Banestado em Nova York, de onde saía para ser lavado. Quem baixou a portaria que abriu o duto do Banestado foi o mesmo cara da privatização tucana, que é o Ricardo Cesar. As coisas são muito ligadas.

O livro teve repercussão internacional?

Muitos jornais de fora do país me procuraram para me entrevistar. Argentina, Portugal, México, teve muita gente querendo saber do assunto. Eu dei entrevista até para o jornal *O Povo da China*. Houve curiosidade grande, porque não tem livro que explica como funciona a engenharia da lavagem de dinheiro. Que explica as leis. Está tudo lá.

E o que mudou para você com o livro.

Virou um fenômeno. Eu passei a ser reconhecido na rua. Eu fui para o Rio e as pessoas me conheceram na rua. As pessoas comentam nos bares, nos restaurantes. Eu sou chamado para fazer palestras em países da América Latina e quando conto o caso do Banestado, eles ficam impressionados. Eu acho que o Banestado foi o maior esquema de lavagem de dinheiro do mundo.

Quem ganha com o seu livro, depois das denúncias?

O livro é por enquanto o marco intelectual. É necessário abrir a CPI. Não pode acontecer como aconteceu com o caso Banestado. Vai ficar muito mal para o governo se não for instalada a CPI para investigar, porque tem muito mais coisa. Ela é muito maior.

Por que o livro virou um sucesso tão grande?

Primeiro é o fato de ter caído na internet, virou um fenômeno nas redes sociais, que passaram a falar dele, em todos os lugares. Depois, fala de um assunto que ainda reflete na vida das pessoas, elas querem saber como foram as privatizações. Eu acho que tem uma série de componentes e caiu no gosto popular.

CONTINUA

15 JAN 2012

Caribe, piratas e tucanos

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Houve de início uma tentativa de desqualificar o livro a partir de tua pessoa. Como você vê isso?

Eles tentaram fazer isso, mas o livro explica tudo o que houve. Está tudo esclarecido e explicado. Eles tentaram fazer uma crítica, mas está pessoal calu no ridículo. Foram poucas pessoas, parece até que foram escaladas para falar mal do livro porque usavam o mesmo discurso. Parecia release.

Que tipo de prova você tem?

Eu coloco lá o cara, Ricardo Cesar, que tocou as privatizações. Ele recebe o dinheiro no exterior em paraíso fiscal do cara que ganhou as privatizações; prova maior que essa não existe. Eu mostro documentos com pagamentos para esta mesma pessoa. Como é tudo documentado, eles não tiveram como reagir, tiveram uma reação fraca. Ai já era tarde. A coisa já estava pegando fogo. O livro descolou das redes sociais e começou a ser o mais vendido nas livrarias.

O livro sumiu depois de lançado. O que aconteceu?

Nós fizemos uma tiragem de 15 mil exemplares. Para um livro de reportagem não é uma tiragem pequena. E nós demos uma entrevista na blogosfera na sexta-feira à noite e no dia seguinte o livro durou duas horas nas livrarias. Ai a editora teve de contratar quatro gráficas para atender a procura que era muito grande.

Quantos livros foram vendidos até agora?

Até agora, 120 mil. Um fenômeno. E pode chegar a 200 mil, 300 mil, porque a procura ainda é grande. Se realmente chegar a este patamar, vai bater traços de edições históricas.

Teve mais roubo no governo FHC ou no governo Lula?

Eu acho que a privatização no Brasil foi o maior roubo na história do planeta. Não é nem da história do Brasil. É da história do planeta. Se for pegar a Operação Uruguai, que levou à cassação do Collor, era uma operação de R\$ 5 milhões. E no caso das privatizações, se mapear, como eu mapeei, só um caso de propina foi de R\$ 30 milhões pro Ricardo Cesar. Se você

aprofundar a investigação vai ver que foi muito maior ainda. Muito grande. A roubalheira foi maior.

E o mensalão?

Se você pegar o mensalão, você vai ver que tinha mensalão do PT, mas também tinha mensalão do PSDB.

Você acha que seu livro enterra o projeto do Serra para presidente em 2014?

Com certeza. Não tem como. Está tendo muita divisão interna no PSDB. O clima entre o Aécio e o Serra é insuportável. Eles não se falam mais. E o livro causou indignação entre os próprios colegas, do PSDB. Fiquei sabendo que o Fernando Henrique (Cardoso), quando terminou de ler o livro teria comentado com amigos que se soubesse daquilo, ele ia falar mal dos defeitos do Serra.

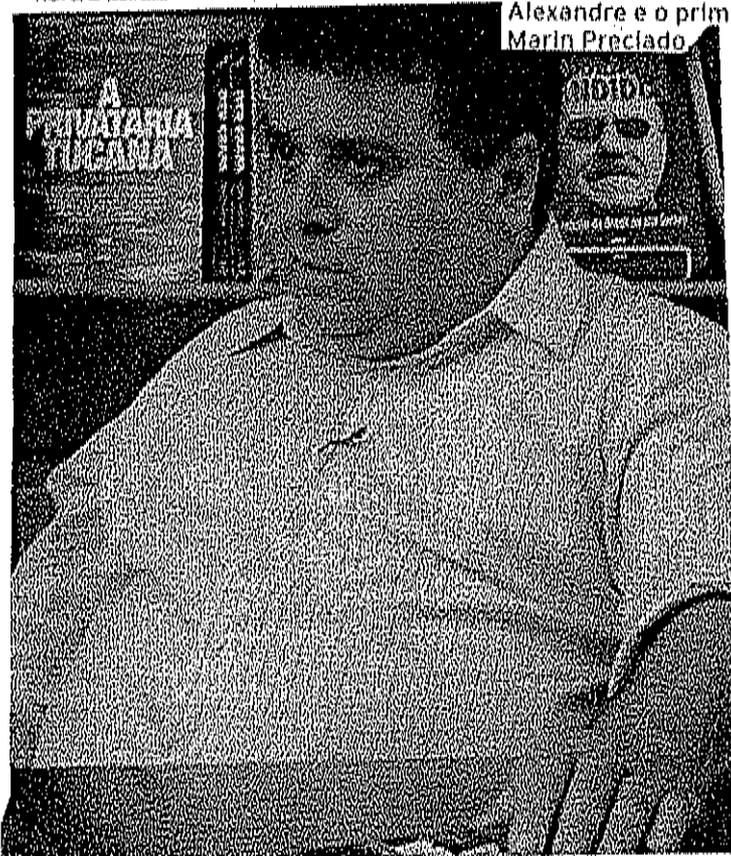
Serviço:

Lançamento de *Privataria Tucana Local: Auditório do Sindicato dos Servidores Municipais*
Rua Monsenhor Celso, 225 - 9º andar; sala 901

Dia: 19 de Janeiro, quinta-feira - 19 horas

Obs: Depois do lançamento, haverá debate

A expressão "privataria" foi cunhada pelo jornalista Ello Gaspari para definir irregularidades durante as privatizações no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). As privatizações foram coordenadas pelo então ministro do Planejamento, José Serra (PSDB) - que veio a ser ministro da Saúde, candidato a presidente da República e governador de São Paulo. Segundo o autor do livro, grandes empresários foram beneficiados com a transferência de fortunas dos cofres públicos para os cofres privados. A transferência se deu por meio de offshores (empresas de fachada) da região do Caribe, que "lavavam" o dinheiro. A região do Caribe, nos séculos 17 e 18, foi dominada por piratas ingleses que saqueavam galeões espanhóis carregados de ouro. Ricardo Sérgio de Oliveira, acusado de articular o esquema de lavagem de dinheiro do caso Banestado, também atuou nas privatizações. Oliveira foi tesoureiro das campanhas de Serra e FHC. Serra e três parentes são acusados no caso: a filha Verônica, o genro Alexandre e o primo Gregório Marin Praçado.



Ribeiro Jr. transformou privatizações num livro-bomba.

JORNAL DO ESTADO

CASTRO

20 JAN 2012

Justiça manda prefeito demitir parentes

O prefeito Moacyr Elias Fadel Junior terá de exonerar nove pessoas que ocupam cargos comissionados irregularmente na prefeitura de Castro, dentre elas o próprio irmão. A juíza substituta da 24ª Seção Judiciária, Juliana Olandoski Barboza, determinou liminarmente a exoneração no último dia 9 e estabeleceu prazo de 15 dias para o cumprimento da ordem judicial. Caso contrário, o prefeito terá de pagar multa diária de mil reais, para cada servidor não exonerado.

A decisão foi proferida em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná em 13 de dezembro de 2011. Os nove comissionados têm parentesco com o prefeito municipal, o vice-prefeito, Alvaro Telles, ou com os vereadores Calim Sheneider, Luiz Carlos Flugel, Joel Antonio de Souza ou José Nelson de Farias, configurando a prática de nepotismo e nepotismo cruzado (quando o agente público nomeia parentes de políticos aliados para cargos de confiança).

O prefeito terá de exonerar seu irmão, Maurício Fonseca Fadel, que ocupa o cargo de chefe de gabinete; o irmão

A Justiça impôs ainda tutela inibitória negativa, proibindo o Moacyr Fadel de contratar novos parentes na prefeitura

do vice-prefeito, Gelson Telles, atual diretor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; a filha e o irmão do vereador Calim Sheneider, Vanessa Carneiro Sheneider, coordenadora do programa Pro-jovem, e José Neri Sheneider, superintendente del

Agropecuária e Abastecimento; o filho do vereador Luiz Carlos Flugel, Jhonnathan de Souza Flugel, chefe do Mercado da Família; a esposa do vereador Joel Antonio de Souza, Marcela do Rosário Franco e Souza, chefe da Seção de Referência da Associação Social do Abapan, e o cunhado dele, Allyson Marciel Franco de Souza, assessor administrativo da Secretaria Municipal de Fazenda; e dois filhos do vereador José Nelson de Farias, Paulo Cezar de Farias, chefe do departamento de Segurança Alimentar e Nutricional e Nelson Roberto de Farias, gerente da Agência do Trabalhador.

Para evitar que outros parentes assumam os cargos que irão vagar, bem como outros cargos na prefeitura de Castro, a Justiça impôs ainda tutela inibitória negativa, proibindo o prefeito Moacyr Fadel de contratar novos parentes.

JORNAL DO ESTADO

No penúltimo dia, Curitiba 20 JAN 2012

GARANTE VOTO BIOMÉTRICO

Às vésperas do fim do prazo, Capital consegue atingir
Ivan Santos mínimo de 80% de eleitores recadastrados

Um dia antes do fim do prazo, Curitiba finalmente conseguiu ontem atingir o percentual mínimo de 80% dos eleitores recadastrados para garantir a implantação do voto biométrico, com identificação por impressões digitais. Às 10h30 da manhã, e com longas filas na Central de Atendimento da Capital, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) computou 1.005.213 eleitores recadastrados para o novo sistema, de um total de 1,3 milhão de eleitores registrados na cidade. Caso esse mínimo exigido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não fosse atingido, Curitiba ficaria sem o voto biométrico.

Até as 18h30, 11.100 eleitores haviam sido atendidos somente no dia de ontem. E cerca de outros 3 mil ainda aguardavam na fila, que chegou a dois quilômetros de extensão, atingindo a rua Marechal Floriano. Esses últimos receberam senhas, e ainda seriam atendidos. A previsão era de que o trabalho se estendesse ontem até por volta das 21 horas e que o total de atendidos chegasse a 14 mil, batendo o

recorde do dia anterior, quando 13 mil pessoas passaram pelo local.

Por conta do atropelo dos últimos dias, a espera por atendimento ontem chegou a 5 horas, contra 30 minutos na semana passada. Desde o início do processo, em março do ano passado, 1,117 milhão de eleitores foram atendidos na Central do TRE. Desses, cerca de 105 mil foram novos eleitores. Além disso, outros 54 mil eleitores antes registrados em Curitiba pediram transferência para outras cidades, a maioria para municípios da Região Metropolitana.

O recadastramento comprovou mais uma vez a tendência do brasileiro de deixar tudo para a última hora. Até dezembro, a média de atendimentos mensais no TRE foi de 100 mil ao mês. Em janeiro, em apenas 19 dias, o número deve fechar em 180 mil eleitores, sendo boa parte deles nas últimas duas semanas. Para hoje, a previsão é de que mais de 15 mil pessoas passem pela Central. O atendimento neste último dia começa às 8h30 e vai até as 18h30.

O recadastramento, que termina hoje, é obrigatório. Quem não o fizer, terá o título cancelado. A previsão é de que cerca de 200 mil eleitores curitibanos percam o documento.

Esses eleitores, porém, ainda terão uma "segunda chance" para regularizar sua situação e votar nas eleições de outubro. Nesse caso, eles terão que procurar a Central do TRE até o dia 7 de maio, e pagar uma multa de R\$ 3,51 para reaver o título. Caso não o faça até essa data, aí sim estará impedido de votar nas eleições deste ano, e só poderá voltar às urnas em 2014, após igualmente pagar multa e reativar seu registro eleitoral. Quem tiver o título de eleitor cancelado fica impedido de tirar documentos de identidade ou passaporte; renovar matrícula em escola pública; inscrever-se em concurso público e participar de concorrências em órgãos públicos, entre outras sanções. Se for servidor público, não pode receber o salário correspondente ao segundo mês subsequente ao da eleição, segundo o Código Eleitoral.

20 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

HERMISSON FRAZZON DA CUNHA

Concurso público ou cargo de confiança

Apesar de expressamente legais, os cargos de confiança "CC's" têm protagonizado inúmeras discussões no que tange a qualificação do serviço público. Haja vista que o critério de ascensão a tais cargos diferem muito das prerrogativas exigidas em um concurso público.

Notadamente a sociedade tem percebido que nem sempre a qualificação profissional é um atributo daquele que possui um cargo de confiança. Isto porque a obtenção de tal cargo obedece a uma subjetivação de interesse pessoal de quem contrata. No poder executivo e legislativo, por exemplo, não raro um "CC" ganha um "status" de emolumento por troca de campanha eleitoral. Neste sentido, perde o poder público celeridade para sanar as demandas de seus administrados.

Por outro lado, a contratação por concurso público – além de seguir de fato princípios democráticos – promove, em tese, uma elevação da qualidade dos serviços prestados à coletividade. Isto porque, neste caso, o critério de ascensão ao cargo público é a capacidade do indivíduo e não o apadrinhamento. O servidor público concursado, outrossim, é comprometido com a pessoa jurídica da União ou com outras pessoas jurídicas da ADM indireta, ele não está vinculado a uma gestão partidária tem-

porária ou mesmo a uma determinada pessoa física. Assim, se desidiado for, o servidor estará sujeito às penalidades que a administração pública impõe.

Em contrapartida, os defensores dos cargos de confiança se valem da legalidade para justificar este tipo de contratação pública. Ocorre, entretanto, que nem sempre o legal e o moral coabitam a mesma esfera de princípios e valores. A tese de justificativa dos "CC's" se mostra claudicante ao se deparar com a teoria utilitarista de John Stuart Mill, pois segundo ele – em sua obra "Eudaimônia Social" – a sociedade deve priorizar o MAIOR BEM para o MAIOR NÚMERO de pessoas.

Por tais razões, a administração pública deve valorar a capacidade, habilidade, o esforço e o conhecimento do seu quadro de servidores. Há MILHARES de pessoas nas filas dos concursos públicos que possuem tais prerrogativas aguardando uma chance. Neste sentido, é evidentemente preferível o concurso público a contratação via cargo de confiança, pois a sociedade se mostra renuente à desqualificação profissional.

Hermisson Frazzon da Cunha é filósofo.